



Teologia Brasileira

Nº 85 | 2021 ISSN 2238-0388

Teologia brasileira, uma produção de Edições Vida Nova	2
Editorial	3
O que torna a teologia teológica? <i>John Bainbridge</i>	4
Cristocentricidade vs Cristomonismo: um resgate à ênfase trinitária <i>Paulo Rodrigues</i>	22
Compaixão e convicção de mãos dadas <i>Ana Carolina Peck Mafra</i>	34
A Bíblia é a palavra de Deus e podemos confiar em seu conteúdo <i>Thiago Oliveira</i>	47
Lançamentos	56

Teologia brasileira, uma produção de Edições Vida Nova

A Revista Teologia Brasileira tem o objetivo de proporcionar um espaço para discussão e produção de teologia que seja bíblica, confessional, relevante, sensível e aberta ao diálogo sobre temas que contemplam a realidade de nosso país. Para isso, contamos com o apoio de uma equipe que, em contato com pesquisadores, pastores, mestres e escritores, torna possível a veiculação de conteúdo que estimule a reflexão bíblica e teológica.

Corpo editorial

Editor responsável:

Franklin Ferreira

Coordenador de produção:

Sérgio Siqueira Moura

Revisão:

Josiane de Almeida e Jonathan Silveira

Contato:

[teogiabrasileira@vidanova.com.br](mailto:teologiabrasileira@vidanova.com.br)

Editorial

Já está disponível mais uma edição da revista Teologia Brasileira! Nesta edição, apresentamos um ensaio de John Webster sobre a natureza da teologia. Webster explica que os fins da teologia são científicos, contemplativos e práticos. Os praticantes da teologia são pessoas regeneradas na igreja de Cristo, cujo intelecto criado é instruído por Deus e cujas obras são acompanhadas pelas práticas da religião.

Também apresentamos um texto de Paulo Rodrigues, que nos oferece uma reflexão sobre como a doutrina da Trindade sustenta todo o edifício revelacional escriturístico e cosmológico, devendo ser tanto um referencial hermenêutico quanto um referencial para a vida cristã.

Ana Carolina Peck Mafra, por sua vez, mostra como a igreja evangélica no Brasil tem sido influenciada pelas ideologias liberais que discutem as questões da sexualidade na atualidade. Em vez de se apresentarem como defensoras da verdade, tais igrejas se revelam cada vez mais progressistas e liberais, manifestando oposição a igrejas com posicionamentos conservadores sobre a sexualidade.

Por fim, Thiago Oliveira nos mostra como a Bíblia é a Palavra de Deus e por que podemos confiar em seu conteúdo, apesar de afirmações contrárias que de longa data se levantam contra ela.

No vídeo desta edição, Kevin Vanhoozer destaca como a igreja e seus discípulos são representantes fiéis das Escrituras e da doutrina cristã. Vanhoozer mostra que o objetivo da teologia é formar a mente, o coração e os hábitos de Jesus em seus seguidores e, assim, fazer igreja e criar discípulos.

Boa leitura!



O que torna a teologia teológica?

John Webster



Resumo: Uma compreensão da natureza da teologia envolve um relato de seu objeto, seus princípios cognitivos, seus fins e seus praticantes. O objeto da teologia é duplo: primariamente Deus, a Santíssima Trindade, e de modo derivativo todas as coisas em relação a Deus. Deus é primeiro considerado absolutamente, depois relativamente; todas as outras coisas são tratadas em relação a Deus, sob o aspecto da criaturidade. O princípio cognitivo objetivo da teologia é o conhecimento infinito de Deus, do qual Deus comunica uma porção adequada às criaturas; o princípio cognitivo subjetivo da teologia é o intelecto humano regenerado. Os fins da teologia são científicos (adquirir o conhecimento da matéria que é apropriado às criaturas), contemplativos (atenção concentrada a Deus, a causa de todas as coisas) e práticos (regulamentação do viver humano). Os praticantes da teologia são pessoas regeneradas na igreja de Cristo, cujo intelecto criado é instruído por Deus e cujas obras são acompanhadas pelas práticas da religião.

I.

Determinamos se ou em que medida um ato intelectual específico, ou prática intelectual, ou domínio de estudo é teológico com base em uma compreensão

da natureza da teologia. Uma compreensão da natureza da teologia envolve, entre outras coisas, um relato do objeto da teologia, seus princípios cognitivos, seus fins e as virtudes de seus praticantes. Atos do intelecto criado são teológicos na medida em que são dirigidos a esse objeto, operam com base nesses princípios cognitivos, buscam esses fins e são realizados por pessoas em quem essas virtudes podem ser identificadas. Além disso, os diversos estudos – histórico, literário, especulativo e moral-prático – que se encontram no currículo teológico não são investigações díspares, sem gênero comum; eles são elementos de uma ciência unificada e seu propósito, escopo e âmbito são determinados por referência ao seu lugar na enciclopédia teológica, o ambiente de estudo e instrução teológica.

II.

O objeto da teologia cristã é duplo: Deus, a Santíssima Trindade, e todas as coisas em relação a Deus.

1. O principal objeto ou assunto da teologia cristã é Deus. Esse assunto é tratado sob dois aspectos. Primeiro, a teologia cristã considera Deus absolutamente, isso é, Deus em si mesmo em sua perfeição, integridade, plenitude e simplicidade auto existente como Pai, Filho e Espírito, anterior a e à parte de qualquer relação com as criaturas. O primeiro objeto da teologia é a essência divina e suas propriedades, bem como as pessoas da divindade em seus específicos modos de ser e suas eternas procissões. “O próprio ser divino é a primeira razão formal, fundamento e objeto de toda religião”, diz John Owen (1965-44) – e podemos também dizer a primeira razão formal, fundamento e objeto da teologia cristã. Esse objeto – invisível, excedendo completamente nossa compreensão e ainda assim possuindo infinita plenitude de realidade – é o primeiro e último assunto ao qual todos os estudos teológicos são direcionados em suas diferentes maneiras e com variados níveis de explicitação. À medida que a inteligência teológica se volta para esse objeto, ela necessariamente direciona sua atenção a questões transitórias e intermediárias: a sintaxe grega, a escatologia de Paulo, a história política da Reforma Gregoriana, as práticas da presidência eucarística. Mas, por mais fascinantes que sejam, tais estudos são preparatórios, contributivos e diretivos, servindo para conduzir a mente à contemplação

da infinita excelência do ser divino. A atividade intelectual é teológica se é direcionada a essa contemplação.

Em segundo lugar, a teologia considera Deus relativamente, isso é, Deus em suas obras em direção às criaturas. A teologia trata essas obras transitivas primeiro em relação à sua fonte na bondade e sabedoria da natureza e conselho divino, e então considera suas manifestações externas nas obras divinas da natureza e da graça, que, sob a direção da sabedoria divina, comunicam a bondade divina por meio da criação, preservação e aperfeiçoamento da realidade criada. Deus considerado relativamente, ao invés de absolutamente, é um elemento derivado da atenção da teologia ao seu assunto principal; não é a ciência primeira e não é autossuficiente. A natureza das obras de Deus *ad extra* não pode ser compreendida sem referência imediata à autossatisfação intrínseca de Deus, que é seu princípio e fundamento; em outras palavras: as missões divinas temporais são inteligíveis apenas como ações derivadas das procissões divinas eternas. A comunicação externa não é natural ou necessária para Deus, mas gratuita. No entanto, uma vez que Deus de tal maneira agiu – porque de seus atos pessoais internos fluem suas operações externas – a atenção teológica direcionada a Deus em seu ser absoluto deve ser acompanhada pela consideração daqueles atos nos quais Deus graciosamente se coloca em relação a outros seres como sua causa primeira e seu fim último.

2. O segundo elemento do objeto duplo da teologia cristã é “todas as coisas em relação a Deus”. Três pontos devem ser observados aqui. Primeiro, atenção a coisas não-divinas é uma necessidade para a teologia, cujo cumprimento de sua tarefa permanece incompleto, a menos que ela se dirija também a essas realidades. Isso não se dá, no entanto, porque coisas não-divinas tenham qualquer reivindicação intrínseca à atenção teológica, tampouco porque se acredita que elas possuem uma densidade e presença imediatas que obrigam a teologia a considerá-las. Em vez disso, a teologia considera coisas não-divinas porque primeiro considera Deus em si mesmo, e então Deus, o criador dos céus e da terra. A teologia trata sobre coisas além de Deus, não porque existe um mundo, mas porque existe Deus e existe uma criação. Segundo, correspondentemente, o tratamento de coisas não-divinas por parte da teologia é derivado do tratamento de seu objeto principal; é uma extensão da contemplação de Deus. Quando a teologia passa a considerar coisas não-divinas, ela não suspende seu falar sobre Deus, como se estivesse se

direcionando a águas menos turbulentas onde pode contar com sua própria competência para lidar com coisas mais acessíveis e menos exigentes. Ao falar sobre coisas não-divinas, a teologia fala sobre os efeitos de Deus, e o faz como uma ampliação de sua consideração das obras externas de Deus, a origem e a causa de todo ser. Consequentemente, em terceiro lugar, a teologia trata de coisas não-divinas com um interesse em particular, a saber, “em relação a Deus”. A teologia é uma ciência abrangente, uma ciência de tudo. Mas não é uma ciência de tudo sobre tudo, antes é uma ciência sobre Deus e todas as outras coisas sob o aspecto da criaturidade. Ela considera as criaturas não de maneira absoluta, mas relativa, como causadas e como causas causadas, como realidades que vivem, se movem e existem em Deus.

Resumindo o que vimos até agora, então: o assunto duplo da teologia cristã é Deus e as coisas criadas; os atos intelectuais dos diferentes domínios do trabalho teológico são verdadeiramente teológicos na medida em que tencionam esse assunto. Na medida em que a inteligência teológica realiza seu trabalho, é necessário estar atento à ordem e à proporção adequadas em suas investigações. A ordem material – Deus em si mesmo, as obras externas de Deus, coisas criadas – é irreversível, pois as realidades criadas são comprehensíveis apenas como efeitos das operações externas de Deus, e essas operações são, por sua vez, comprehensíveis apenas quando vistas como fluindo da bem-aventurança e simplicidade perfeitas de Deus. Essa ordem material, é claro, não é necessariamente a ordem de descoberta ou instrução, na qual, por razões prudenciais, podemos legitimamente começar pelas criaturas; o que importa não é primariamente a sequência cognitiva ou pedagógica, mas sim que o que é descoberto e ensinado se manifeste em suas disposições e arranjos inerentes.

Essa disposição interna deve ser refletida nas proporções adotadas no trabalho teológico, ou seja, nas decisões sobre o que exige a mais ampla consideração, o que pode seguramente ser tratado de maneira menos completa e nas expectativas sobre quais elementos do assunto da teologia carregam o maior peso. Aqui a teologia se encontra em um dilema permanente. O que é primeiro na ordem material e possui a maior proporção material – Deus em si mesmo – excede infinitamente nossa compreensão: sobre esse assunto supremo, portanto, a teologia tem muito pouco a dizer. Diante dessa restrição, a tentação é esquivar-se de sua tarefa passando apressadamente a considerar outras coisas – as obras de Deus na

economia ou as criaturas, realidades supostamente mais administráveis. Como herdeiros de uma longa história na qual a ordem do conhecimento – das criaturas a Deus – foi projetado na ordem do ser, de tal maneira que Deus em si mesmo é deslocado para periferia da preocupação teológica, podemos estar mais inclinados a tomar tal direção. A história cultural dessa negligência – a história do naturalismo ou do fenomenalismo e suas variantes teológicas – é complexa e está além do meu escopo aqui. Não se deve esquecer, entretanto, que há também uma história espiritual dessa negligência: satisfação complacente com a consideração das criaturas e da história criacional à parte de sua causa; preferência por superfícies em vez de origens; relutância em permitir que o intelecto siga as instruções divinas e seja conduzido a Deus. Tais deficiências impedem a investigação teológica e, em alguns casos, a destroem por completo. Elas podem ser corrigidas somente através da *conversio ad rem*, que é a obra principal do Espírito na santificação da inteligência teológica. A teologia *se torna* teológica.

III.

A seguir, voltamo-nos para os princípios do conhecimento teológico. O trabalho teológico envolve uma série de atos intelectuais – atos de leitura e interpretação, atos de investigação histórica, de abstração conceitual, de julgamento prático. Todos esses diferentes atos serão considerados teológicos na medida em que forem realizados de acordo com os princípios cognitivos da teologia, os quais podem ser assim enunciados: o princípio cognitivo objetivo da teologia cristã é o conhecimento infinito de Deus de si mesmo e de todas as coisas, do qual Deus comunica uma porção às criaturas; o princípio cognitivo subjetivo da teologia cristã é o intelecto humano regenerado.

1. A reflexão sobre os princípios cognitivos da teologia começa com a doutrina de Deus, ou seja, não com uma investigação das capacidades, incapacidades e operações dos conhecedores humanos, mas com a contemplação do Senhor que é um “Deus de conhecimento” (1 Sm 2.3). Começando dessa maneira, a teologia continua sua *conversio ad rem* voltando-se para um conhecedor e um conhecimento que é objetivo, extrínseco à própria teologia. A teologia faz isso em repetição de sua condição como criatura e, portanto, em genuína normalidade (bem como, talvez, em alegre ou apreensivo desafio a seus vizinhos idealistas). O que dizer do conhecimento divino no qual a teologia se baseia?

O conhecimento de Deus de si mesmo e de todas as coisas “não se pode medir” (Sl 147.5). É infinitamente extenso e exaustivo: Deus conhece todas as coisas e todas as coisas sobre todas as coisas. Além disso, a perfeição do conhecimento de Deus inclui sua completa autossuficiência. Não há uma causa interna ou externa, porque Deus conhece todas as coisas por seu próprio ser e não possui qualquer necessidade de um instrutor (Is 40.13). O conhecimento de Deus não é adquirido: ele é desde sempre, como coloca Agostinho, “infinitamente amplo” (*City of God* XII.17), impossível de ser expandido; não é, portanto, dedutivo, mas imediato, eterno e não composto. O conhecimento de Deus é um ato simples e singular de intuição de alcance irrestrito.

Esse conhecimento divino infinito não é meramente o pano de fundo remoto e inerte contra o qual os atos cognitivos criados aparecem em relevo. Antes, é um princípio cognitivo *operante*, a única realidade que torna possível, forma e garante o conhecimento das criaturas. Todo ato da inteligência teológica deve ser acompanhado pelo reconhecimento e apelo a supereminente *scientia* divina, pois tal ato não é antes de tudo uma causa, mas um efeito do conhecimento. Apenas nessa posição subalterna – nessa referência a Deus – um ato da inteligência teológica é também uma causa da aquisição de conhecimento. Sem dúvida, essa referência ao conhecimento de Deus é um elemento no pathos da teologia, porque é uma referência àquilo que transcende a demonstração visível, e, portanto, pode despertar certa desonra na mente de nossos semelhantes e consternação nas nossas próprias mentes. Mas subalternação não é primariamente uma posição negativa, uma embarçosa ausência de fundamentos intrínsecos para o conhecimento. É, antes de tudo, uma afirmação de que um movimento de amor aconteceu e continua a acontecer: Deus condescendentemente comunica às criaturas uma parte de seu próprio conhecimento e as convida a uma comunhão racional.

Em um certo sentido, é claro, o conhecimento de Deus é apropriado apenas a ele e, assim, incomunicável as criaturas: “Assim, também as coisas de Deus, ninguém as conhece, senão o Espírito de Deus” (1 Co 2.11). Ainda assim: o que “nem olhos viram, nem ouvidos ouviram, nem jamais penetrou em coração humano... Deus no-lo revelou pelo Espírito” (1 Co 2.9-10). A teologia é possível como um trabalho bem fundamentado da inteligência criada porque é englobada e ativada pelo trabalho divino, em virtude do qual as criaturas

passam a *conhecer*. Sobre essa obra de Deus, podemos dizer: (1) é uma obra de originalidade divina, que se realiza nas missões revelatórias do Filho e do Espírito. “Ninguém conhece o Pai, senão o Filho e aquele a quem o Filho o quiser revelar” (Mt 11.27) – o “e” aqui não significa um mero acúmulo de outros sujeitos cognitivos, mas o ministério do Filho de eleição e revelação. “Temos recebido... o Espírito que vem de Deus, para que conheçamos o que por Deus nos foi dado gratuitamente” (2 Co 2.12) – aqui, como em outros lugares em 1 Coríntios, “que vem de Deus” significa a infinita profundeza divina de onde o dom do entendimento emerge. (2) Essa obra divina é uma manifestação externa da generosidade de Deus, na qual ele cumpre sua intenção de fazer as criaturas florescerem por meio do conhecimento e, assim, alcançarem a plenitude de sua natureza. (3) É uma obra de revelação ou instrução na qual Deus condescende para estabelecer uma comunhão inteligente com criaturas racionais, tomando a iniciativa de anular e superar nossa incapacidade, relutância e resistência. Nosso educador divino, Clemente nos diz, “não simplesmente nos acompanha, mas... nos mostra o caminho” (*Christ the Educator* I.1).

Essa obra divina não é desprovida de forma e extensão criacional. Direcionada às criaturas e convocando-as a atos de conhecimento, é também um elemento criado. A instrução divina não é imediata, mas mediada, comunicada através de mediadores criados e acomodando-se às formas da inteligência criatural. Esses mediadores são, principalmente, os profetas e apóstolos e, secundariamente, outros professores humanos que repetem e aplicam a doutrina celestial que receberam de seus embaixadores proféticos e apostólicos. Com essas embaixadas, as missões revelacionais do Filho e do Espírito alcançam seu objetivo humano.

Tudo isso significa que a teologia é possível. Não há apenas *theologia in se*, o conhecimento arquetípico do próprio Deus; há também *theologia nostra*, teologia etípica. A possibilidade de atos intelectuais humanos genuinamente teológicos é discernida não, em primeiro lugar, enumerando as capacidades humanas, mas atendendo à plenitude da própria vida e conhecimento de Deus e acompanhando as obras externas do amor de Deus. *Mirabile dictu*: nós recebemos o Espírito, nós temos a mente de Cristo.

2. O princípio cognitivo subjetivo da teologia é a inteligência humana regenerada.

A revelação divina não é uma manifestação *tout court*; antes, é um ensinamento que intenciona a recepção e efetua o aprendizado. O ensino divino não é condicionado à sua recepção, mas é intencional e seu telos não é alcançado sem a ativação do trabalho do intelecto criado. Muita energia pode ser gasta afastando a teologia de alguns instintos profundos da cultura intelectual moderna, que removem a inteligência humana da economia da criação e regeneração, e a consideram como uma capacidade para juízos transcendentais. Mas a correção de tal pretensão cognitiva, por mais que seja ressonante com alguns temas da teologia do pecado e da graça, não é isenta de riscos. Imprudentemente desenvolvida, ela pode ameaçar eliminar o convedor humano; essa ameaça será maior na ausência de uma teologia da criação bem formulada. Excluir o intelecto criado não engrandece a revelação divina, mas a restringe e a tornada ineficaz. Sendo assim, o que a teologia cristã deve dizer sobre a *coordenação criacional* ao conhecimento infinito de Deus e aos seus atos amorosos de instrução?

(1) A inteligência criada é um conjunto de capacidades concedidas e preservadas por Deus. Tendo essas capacidades, as criaturas exercem a inteligência para apreender e compreender a realidade em mais do que sua mera presença fenomenal, para chegar a julgamentos sobre a realidade e para direcionar a conduta em relação à realidade. O exercício da inteligência é um movimento movido: inalienavelmente nosso, mas apenas por ser *intrinsecamente* movido por Deus e, portanto, nem totalmente espontâneo nem desprovido da dignidade de um ato que nos é próprio. Ao se colocar diante da inteligência criada, Deus não a atordoa, mas a faz viver e se mover.

(2) A inteligência criada é finita, nem intuitiva nem abrangente. Ela é discursiva e laboriosa, operativa no processo de vir-a-conhecer ao longo do tempo e, embora haja genuína aquisição e acúmulo de conhecimento, a inteligência criatural permanece sempre *in via*, nunca plenamente realizada.

(3) A inteligência criada é caída e regenerada. Separados de Deus, nossos atos intelectuais se tornam parte da degradação e enfraquecimento de nossa natureza provocado pela queda. As operações do intelecto são prejudicadas pela paixão pecaminosa e se tornam inclinadas à idolatria e à fascinação com realidades enganosas e superficiais. Entretanto, mesmo aqui devemos ser cautelosos: a teologia às vezes pode dar atenção desproporcional à depravação intelectual, especialmente quando assume a forma de uma crítica indiferenciada altamente

carregada dos regimes cognitivos da cultura intelectual moderna. A reprovação de tais pretensões pode ser realizada por meio da aplicação da teologia do pecado e da justiça externa; mas, desenvolvida de forma imprudente, pode ameaçar diminuir a importância do intelecto criado e pode refletir uma malformação ou restrição tanto da teologia da criação quanto da regeneração. A inteligência criada é capturada pela realidade da regeneração na qual os poderes criados renascem, são ordenados aos objetos corretos, libertados da autossuficiência e liberados para começarem a operar em sua extensão máxima.

Em resumo: uma teologia propriamente teológica operará em conformidade com esses princípios cognitivos, os quais fornecerão tanto orientação em determinados domínios da disciplina teológica quanto normas pelas quais as operações intelectuais serão ordenadas, os procedimentos serão deliberados e o sucesso será avaliado.

IV.

1. A teologia cristã não é uma atividade arbitrária, mas uma atividade governada por e direcionada a fins que precedem teólogos específicos ou atos teológicos particulares. O que dizer sobre os fins da teologia?

Fins não são a mesma coisa que propósitos. Um propósito é uma intenção humana, algo que determinado agente deseja e para cuja aquisição esse agente atua. Um fim, em contrapartida, não é intencional, mas natural, algo que pertence à natureza da coisa em si e é independente do desejo humano. Falar sobre o fim de uma coisa é indicar a completude ou perfeição que ela vem a ter quando sua natureza é plenamente realizada, quando ela é o que é em seu grau máximo. Coisas inanimadas e animadas, animais e seres humanos, atos humanos e seus produtos (incluindo as artes da mente) todos possuem seus fins próprios nos quais suas várias naturezas são levadas à plenitude.

Nas criaturas humanas, fins e propósitos não são facilmente distinguidos, pois como seres morais e racionais, realizamos nossa natureza de forma intencional. Nossa natureza se apresenta a nós como uma vocação. Não realizamos nossa natureza instintivamente, mas através de processos de deliberação e escolha: nós nos apropriamos de nossa natureza e seus fins, e fazemos desses fins nossos propósitos.

Em nosso estado atual de deformação moral e espiritual, no qual a restauração de nossa natureza já começou mas permanece incompleta, frequentemente encontramos dificuldades em manter a distinção entre fins e propósitos, e em permitir que os fins governem nossos propósitos. Isso porque nossos propósitos são guiados – às vezes de forma esmagadora – por nossos desejos, e nossos desejos podem ser inadequadamente formados, imoderados ou viciosos. Além disso, nossa absorção em nós mesmos e nosso desejo pelo autogoverno podem nos subjugar de tal maneira que os propósitos que estabelecemos para nós mesmos acabam eclipsando ou substituindo os fins próprios de nossa natureza e que sustentam nosso bem. Portanto, em todos os domínios da existência e atividade humana precisamos exercer vigilância e conformar propósitos a fins.

A teologia cristã é uma atividade intelectual com fins que derivam de nossa natureza, visto que essa natureza se torna parte da história da criação, revelação e redenção. Esses fins são científicos, contemplativos e práticos; a teologia será teológica quando transformar esses fins em seus propósitos, dirigindo e moderando suas atividades em conformidade com eles.

2. A teologia cristã busca fins científicos, isso é, a aquisição do conhecimento de sua matéria que é apropriado às criaturas, de acordo com seus princípios cognitivos. A busca de fins científicos é um elemento da realização de nossa natureza intelectual, e é um bem criacional. Humanos são, por natureza, seres estudiosos. Temos um apetite para adquirir conhecimento que ultrapassa o que é necessário para a realização imediata de nossa natureza animal e possuímos poderes intelectuais que aplicamos para satisfazer esse apetite. A estudiosidade¹ moderada e bem ordenada não é autossuficiente ou totalmente espontânea; ela é uma expressão criacional, o exercício de poderes que foram doados e são movidos, preservados e fortalecidos por um movimento além de si mesmos. A estudiosidade é a árdua aplicação desses poderes: não é indolente ou casual, mas concentrada, determinada, meticulosa e resistente a conclusões prematuras.

Toda atividade teológica requer esse tipo de busca proposital de fins científicos: a revelação desperta a ciência teológica. É através do estudo que Deus se torna realmente inteligível, e deficiências na aquisição e no exercício da estudiosidade ameaçam a obtenção de outros fins na teologia. Contudo, a busca de fins

¹N. T.: Termo típico da teologia de Tomás de Aquino. Cf. S. Th., IIaIIae, q. 166.

científicos é instrumental e intermediária: necessária, mas não suficiente ou final. O esquecimento do status instrumental dos fins científicos surge de uma intenção desordenada: nossos propósitos para essa atividade não coincidem com seus fins intrínsecos, e a devoção excessiva aos fins científicos inibe a realização dos verdadeiros fins da inteligência teológica. Muito dano à teologia é feito por esse tipo de propósito desordenado. O objeto da teologia se torna um objeto que devemos apropriar ou dominar pela *scientia*; seus princípios cognitivos se tornam naturalizados e a dependência da teologia da instrução divina é negligenciada. Alguns tipos de ambientes institucionais no qual a teologia é empreendida podem proporcionar oportunidades para que tais distorções floresçam, mas sua causa principal é a corrupção e a futilidade de nossa natureza intelectual após a queda. Somente com a restauração e regeneração dessa natureza, nossos propósitos podem ser ensinados a se direcionar para fins adequados; a teologia será teológica na medida em que é envolvida nesta renovação.

3. A teologia cristã também busca fins contemplativos. A contemplação – o que Tomás de Aquino chama de a “simples intuição da verdade” (*S. Th.*, IIaIIae, q. 180, a. 3, ad. 1) – requer que a mente se move através das coisas criadas para a realidade divina, de cuja auto comunicação elas são sinais e portadoras. Contemplação é a atenção concentrada para Deus, a causa de todas as coisas, ao invés de para as coisas das quais ele é a causa. “Na contemplação ‘o Princípio’, que é Deus, é o objeto que buscamos” (Gregório, o Grande, *Morals on the Book of Job* VI.61). Esse fim contemplativo da teologia expressa uma certa teleologia da natureza humana, segundo a qual essa natureza se completa no conhecimento de Deus. “Essa contemplação [de Deus] é-nos prometida como término de todos os nossos trabalhos e perfeita plenitude da alegria” (Santo Agostinho, *A Trindade*, I.8).

Não é exagero afirmar que uma grande parte da teologia moderna tem sido relutante em considerar a contemplação como um fim da inteligência teológica. As marcas dessa relutância não são difíceis de encontrar. Podem ser vistas, por exemplo, no notável prestígio desfrutada pela ciência histórico-literária no estudo da Escritura Sagrada; ou nas apresentações da doutrina cristã que são desprovidas de ambição metafísica e tratam o dogma como acessório à ciência da prática cristã, que é a teologia primeira. O pressuposto (algumas vezes a convicção explicitamente articulada) em ambos os casos é que apenas o histórico é real, que o intelecto não pode se estender além da esfera da economia dos

textos ou das práticas morais. É um pressuposto impaciente, mas que se provou extremamente hábil em moldar os propósitos com os quais o estudo teológico é realizado. Sua eliminação do contemplativo é uma inibição do caráter teológico da teologia.

4. A teologia cristã busca fins práticos. A verdade contemplada forma e governa nosso viver, porque essa verdade nos apresenta a lei de nossa existência. Em uma notável linha de pensamento, Tomás pondera se o dom do entendimento é apenas contemplativo. Ele começa observando que esse parece ser exatamente o caso, pois o entendimento “penetra as realidades mais altas” enquanto “o objeto do intelecto prático não são as coisas altas, mas as ínfimas, isso é, as singulares que são a matéria de nossos atos” (*S. Th.*, IIaIIae, q. 8, a. 3, obj. 1). De novo, “o intelecto prático não versa sobre o necessário, mas sobre as coisas contingentes que podem dar-se de outra maneira, e que podem ser objeto da ação humana” (IIaIIae, q. 8, a. 3, obj. 2). Ele claramente sente a atração dessas considerações, mas no fim as considera restritivas. “[O] dom da inteligência aplica-se não somente ao que pertence à fé a título primário e principal, mas também a tudo aquilo que a ela se ordena. Ora, as boas ações, de certo modo, se ordenam para a fé... (q. 8, a.3, resp). Ou ainda, em resposta à segunda objeção: “deve-se dizer que cabe à dignidade do dom, que é a inteligência, considerar as realidades inteligíveis que são eternas ou necessárias, não somente como elas são em si mesmas, mas também enquanto elas são regras para os atos humanos” (IIaIIae q. 8, a.3, ad. 2). Não há nenhuma moralização da teologia aqui, nenhuma elevação do prático sobre o intelecto especulativo. Ao invés disso, há o senso de que os fins para os quais a inteligência teológica é direcionada não se esgotam na contemplação. Primariamente e principalmente, a inteligência teológica almeja as verdades eternas e necessárias, pelo dom de Deus penetrando até suas profundezas. Mas, por derivação, essas verdades são reguladoras, e a inteligência teológica teria uma visão muito estreita dos interesses da fé se não considerasse também o reino da conduta humana.

Esses são alguns dos fins do intelecto teológico. A objetividade desses fins torna os atos do intelecto teológico ocasiões para a extensão, até mesmo a transcendência, de si mesmo. Ou seja, esses fins nos colocam em uma situação e estabelecem uma vocação não inventada por nós, à qual somos convocados, com a ajuda divina, a nos conformar e que devemos aprender a amar e carregar in-

tencionalmente. Além disso, porque os fins apresentam a lei natural do intelecto – aquilo que o intelecto tem que ser, as maneiras pelas quais ele deve agir se sua natureza deve ser completa – eles fornecem a base para ordenar e classificar tarefas intelectuais específicas e determinar a validade ou utilidade de procedimentos intelectuais específicos. As análises dos discursos de poder iluminam o ascetismo cristão primitivo? Nossa resposta dependerá em grande parte do que consideramos como os fins da teologia. Mas os fins só podem desempenhar essa função discriminativa à medida que são apropriados. E, na teologia cristã, a apropriação dos fins não pode ocorrer sem mortificação e vivificação, a repetição na vida da mente do padrão batismal de toda a existência cristã. Com isso, passamos a considerar as virtudes do teólogo como um quarto elemento no que torna a teologia teológica.

V.

Uma compreensão do caráter teológico do intelecto teológico cristão requer, por fim, alguma atenção a seus praticantes e suas obrigações de exercitar certas virtudes. Tanto a objetividade racional quanto o senso comum cristão nos impedem de falar muito cedo algo sobre a subjetividade do teólogo, que só entra em consideração depois de termos tratado do objeto, dos princípios cognitivos e dos fins da teologia. No entanto, eu seu devido lugar, um modesto esboço da graça pessoal que o teólogo deve manifestar é uma extensão necessária de um relato do intelecto teológico no reino da regeneração. O telos dessa obra divina é nossa santificação: a limpeza e enriquecimento de nossa pobre e corrupta natureza pelo Espírito Santo, no qual nossa vida, incluindo nossa vida intelectual, é renovada. A renovação, comunicada no batismo e continuamente reiterada no despojar-se da velha natureza e no revestir-se da nova, inclui a renovação do espírito da mente (Ef 4.22-24). Essa renovação é tanto uma condição quanto uma vocação, o dom de uma nova história moral e intelectual da qual o trabalho da teologia é igualmente um episódio. O que mais pode ser dito dessa história?

Deus é o criador e o instrutor do intelecto criado, criando, preservando e se dirigindo a nós. Nosso intelecto é, portanto, possuído por nós como criaturas. Ter intelecto é estar em relação a Deus, seu doador; como propriedade de nossa natureza criada, ele permanece sendo um dom e, em possuí-lo, somos,

como Calvino coloca, “vestidos e adornados por excelentes dons de Deus” (*A Instituição da Religião Cristã* II.ii.15). No exercício desse dom, exercemos nossa condição de criatura, porque esse exercício é um auto movimento, o qual é movido por Deus que, continua Calvino, “preenche, move, vivifica, pela virtude do mesmo Espírito, e isso segundo a natureza de cada um, atribuída pela lei da criação” (II.ii.16).

Ainda assim, o desempenho de nossa natureza intelectual é distorcido pela queda. A depravação do intelecto não é tal que nossa natureza intelectual é totalmente destruída: “algum resíduo da inteligência e do juízo permanece” (II.ii.12). Mas por conta da queda, nosso intelecto não é mais bem-direcionado; ele não se move mais agilmente em direção a seu objetivo, mas é dispersado. “[O] amor pela verdade... definha antes de iniciar seu caminho, uma vez que logo cai na vaidade. Pois a mente do homem, diante do obscurecimento, não quer seguir a reta vida da investigação do verdadeiro, mas vagueia por vários erros, e tal como tantas vezes afunda tateando nas trevas até que desapareça finalmente dispersa. Assim, ao buscar a verdade, revela o quão é inepta para buscá-la e encontrá-la” (II.ii.12). O intelecto caído é “fútil” (Rm 1.21; Ef 4.17f).

Nesse estado de futilidade, a estudosidade é distorcida em curiosidade. Curiosidade é a desordem do apetite intelectual, na qual os poderes intelectuais criados são aplicados a objetos impróprios de novos conhecimentos. A curiosidade busca conhecer realidades criadas sem referência a seu criador – como fenômenos, não como coisas criadas – e o processo de vir-a-conhecer acontece de forma desordenada, indiscriminada e orgulhosa. O batismo põe um fim à curiosidade, mas não a elimina. Ela continua nos assediando, mesmo no trabalho do intelecto teológico. Como a curiosidade entra na teologia?

A curiosidade entra quando a teologia negligencia seu objeto particular e se entrega promiscuamente a quaisquer fontes de fascínio que se apresentem, especialmente se forem inovadoras, tornando-se, assim, inquieta e instável. A curiosidade entra quando a teologia ignora ou se desvincula de sua localização na esfera da instrução divina e passa a se considerar espontânea e quodlibetal², ocupada na aqui-

²N. T.: Termo latino que se refere a um tipo de discussão e método pedagógico comum na Idade Medieval. A disputatio quodlibetal ou quaestiones quodlibetales eram discussões onde eram disputadas questões aleatórias e de gêneros variados. Como coloca

sição de todo tipo de novo conhecimento, mas não mais moldada pelo currículo da escola da revelação. A curiosidade entra quando a teologia se esgota nas superfícies, falhando em completar o curso do intelecto em direção a Deus. Absorvida pelas propriedades históricas naturais dos vários assuntos com que se ocupa, não segue suas indicações, não se deixa conduzir por eles à verdade divina. A curiosidade entra quando a teologia distorce seus próprios fins, apegando-se tão intensa e exclusivamente aos fins da ciência que a contemplação e a formação da conduta atrofiam.

A curiosidade é absurda, a manifestação espúria de uma natureza que não existe, o fracasso em manifestar a natureza que realmente existe. Pois é função do Filho eterno acabar com a natureza corrupta e em seu lugar criar uma nova natureza; e é função do Espírito Santo tornar essa nova natureza real e operativa na conduta das criaturas. Por meio do trabalho “físico” do Espírito, a nova natureza é transmitida e seu curso governado, de modo que o espírito da mente é realmente renovado. A teologia cristã é uma instância dessa renovação, e sua busca nos convoca a empreender suas tarefas de maneiras que demonstrem a justiça e a santidade da nova natureza. Alguns exemplos...

Na atividade teológica regenerada, a cobiça intelectual é substituída pela fome de instrução divina. “Meditarei nos teus preceitos e às tuas veredas terei respeito... teus testemunhos são o meu prazer, são os meus conselheiros... Ensina-me bom juízo e conhecimento, pois creio nos teus mandamentos (Sl 119.15, 24, 66). Há uma ética e metafísica do intelecto no que o salmista diz: a confiança de que

Alain de Libera em *A Filosofia Medieval*, a literatura quodlibetal eram “as questões disputadas sobre ‘qualquer assunto’”. Cf. também a definição em J. Ferrater Mora, *Dicionário de Filosofia, Tomo 1-A-D* (São Paulo: Edições Loyola, 2000), p. 756: “Durante o século XIII destacou-se outro ‘gênero’, ainda mais independente: a *disputatio*. Como o que se disputava ou discutia era, contudo, uma questão, nasceu a forma denominada *quaestio disputata*, da qual temos tantos exemplos na escolástica dos séculos XIII e XIV. A disputa podia ser verbal ou escrita. Como subgênero, logo surgiu a chamada *disputatio quodlibetal*, disputação quodlibética ou quodlibetal. Sua origem deve se ao fato de que em certos dias se permitia aos ouvintes escolher uma ou várias questões de qualquer tipo. Estabeleceu-se assim a diferença entre as *quaestiones disputatae* e as *quaestiones quodlibetales* ou de *quolibet ad voluntatem cuiuslibet*. Exemplo das primeiras são as *Quaestiones disputatae de veritate*, e as *Quaestiones disputatae de malo*, de Santo Tomás. Exemplo das segundas são as *Quodlibeta* de Santo Tomás (em número de doze) e as *Quaestiones de predicamentis in divinis*, de Jacob de Viterbo”.

seus empreendimentos podem florescer porque há conselho divino; uma sensação da infinita beleza do ensino divino; uma avidez em dar atenção irrestrita à instrução de Deus; um apelo confiante a Deus para continuar a conceder conhecimento.

Na atividade teológica regenerada, a atenção é direcionada a um assunto singular com um interesse definido. A teologia cristã é uma ciência abrangente que trata de Deus e de todas as coisas. Mas, apesar de todo o seu escopo, a teologia cristã é um exercício de concentração que requer um olhar fixo não em tudo, mas nos caminhos de Deus (Sl 119.15); somente em conformidade com essa restrição a teologia descobrirá que tem algo a dizer sobre todas as coisas.

A atividade teológica regenerada será acompanhada em cada momento pelas práticas da religião. A “religião” é a condição de estar ligado a Deus; denota, como coloca Tomás, uma “orientação para Deus. A Ele principalmente nos devemos ligar, como a infalível princípio. A quem também a nossa atenta eleição se deve dirigir, como para o último fim do qual nos desviamos pelo pecado e, crendo e protestando a fé, deveremos a ele voltar” (*S. Th., IIaIIae*, q. 81, a. 1, corp.). As práticas da religião são aqueles atos que expressam adequadamente a condição de comunhão com Deus na qual, após o longo exílio do pecado, fomos novamente introduzidos por meio das missões reconciliadoras do Filho e do Espírito. A comunhão com Deus e a religião a que ela dá origem é o contexto no qual toda a vida regenerada acontece: suas dimensões domésticas, civis, práticas e intelectuais. Na ausência da religião, a teologia não consegue manter seu caráter teológico por muito tempo. Se não for intencionalmente baseada na Sagrada Escritura, se não clamar pela benevolência de Deus em oração, se não mortificar a distração pelo uso correto do corpo e abandonar o tipo de desprendimento irônico de seu objeto, a teologia será, na melhor das hipóteses, de valor indiferente e, na pior das hipóteses, uma estranha figura no reino da bondade divina.

VI.

Essas observações preliminares nem mesmo começam a abordar a história cultural e religiosa em cuja última extremidade nos encontramos, no decurso da qual essa compreensão da natureza da teologia cristã em grande parte desapareceu. Em particular, elas não abordam a fragmentação da teologia ao longo do século XVIII, sua dispersão em um conjunto diverso de investigações em objetos religiosos culturais estudados por diferentes métodos e as tentativas da encyclopédia

teológica de recuperar a teologia como uma ciência unificada. Nem dão atenção à naturalização tanto dos objetos quanto das operações do intelecto teológico. Tampouco dizem qualquer coisa sobre o efeito desses processos nos vários ambientes em que a teologia é exercida, ou nos currículos estabelecidos em tais ambientes. Se ao menos tivéssemos tempo e mundo suficiente...³

Quando a teologia é teológica? Não quando se considera uma contribuinte educada, embora um tanto anuente, para as discussões acadêmicas mais amplas, inserindo seu conjunto de valores em uma agenda estranha a si mesma e se descobrindo muitas vezes lendo um roteiro escrito por outra pessoa: isso é simplesmente o triunfo da faculdade filosófica que Kant considerava o destino da teologia na era crítica. Tampouco quando a teologia tenta dar alguma coerência a suas atividades através do diálogo entre subdisciplinas: “teologia e estudos bíblicos” e afins. Tais diálogos, por mais agradáveis e instrutivos que sejam, geralmente assumem que, embora a família tenha se rompido e seus membros tenham seguido caminhos separados, não há porque não ter uma reunião ocasional. Algo mais abrangente é requerido de nós: uma recuperação da *sacra doutrina* em seu sentido pleno e suas noções correspondentes de instrução divina, igreja, santidade e assim por diante. Se instituições teológicas possuem a disposição e a capacidade para tal recuperação ainda não está claro. Mas uma teologia propriamente teológica não tem nenhuma razão para se trancar em lamento, antes possui todos os motivos para expressar aquela magnanimidade com que nos debruçamos sobre os grandes assuntos. “Não fosse a tua lei ter sido o meu prazer, há muito já teria eu perecido na minha angústia” (Sl 119.92); mas: “Para sempre, ó Senhor, está firmada a tua palavra no céu” (Sl 119.89), e, portanto, a teologia teológica é possível.

Referências bibliográficas

- AQUINO, Tomás de. *Suma teológica*. Trad de G. C Galache et al. São Paulo: Loyola, 2001-2006. 9 vols.
- AGOSTINHO, Santo. *A Cidade de Deus*. Trad. Oscar Paes Leme. Rio de Janeiro: Vozes. Parte I e II.
_____. *A Trindade*. São Paulo: Paulus, 1995.

³N. T.: Possivelmente uma referência ao poema *To His Coy Mistress*, escrito pelo poeta inglês do século 17 Andrew Marvell.

CALVINO, João. *A Instituição da Religião Cristã*. Trad. Carlos Eduardo de Oliveira et al. São Paulo: Editora UNESP, 2008-2009. Tomo I e II.

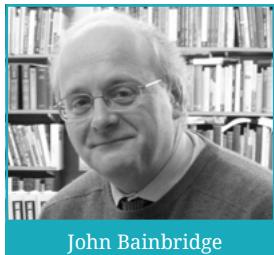
Clement of Alexandria. 1954. *Christ the Educator*. Fathers of the Church. Washington: Catholic University of America Press.

Gregory the Great. 1844. *Morals on the Book of Job*. Parker: Oxford.

Tradução: Breno Nunes

Título original: What Makes Theology Theological?

[https://risweb.st-andrews.ac.uk/portal/en/researchoutput/what-makes-theology-theological\(4203ad49-b87b-4efc-bd18-503122572d29\)/export.html](https://risweb.st-andrews.ac.uk/portal/en/researchoutput/what-makes-theology-theological(4203ad49-b87b-4efc-bd18-503122572d29)/export.html)



John Bainbridge

Sobre o autor

John Bainbridge Webster FRSE (1955–2016) foi um clérigo e teólogo anglicano inglês que escreveu nas áreas de teologia sistemática, histórica e moral. Nasceu em Mansfield, Inglaterra, em 20 de junho de 1955, e foi educado na Bradford Grammar School e na Universidade de Cambridge. Após uma distinta carreira, ele faleceu em sua casa na Escócia em 25 de maio de 2016 com a idade de 60 anos. No momento de sua morte, ele era o Chair of Divinity no St. Mary's College, University of St Andrews, Escócia.

Cristocentricidade vs Cristomonismo: um resgate à ênfase trinitária

Paulo Rodrigues



Introdução

Não raro encontramos pessoas enfatizando a cristocentricidade como a perspectiva através da qual devemos olhar para a vida cristã, isto é, todo o referencial que temos acerca da nossa salvação (que por sua vez é o centro de nossa vida para Deus), perpassa por Cristo. Também corriqueiramente vemos as pessoas corroborando uma expressão que tem se tornado cada vez mais comum no meio cristão reformado: “Cristo é a chave hermenêutica das Escrituras!”. Certamente, não há erro algum nessas premissas: de fato, tudo o que usufruímos de benefícios da nossa salvação passa por Cristo Jesus, em quem fomos enxertados (Rm 11. 11-24), e ele é o ponto de convergência de toda a Bíblia Sagrada; de toda a história da redenção registrada de Gênesis à Apocalipse.

Entretanto, ambas as ideias precisam ter como arcabouço um direcionamento mais amplo do que significa que em Cristo repousa toda a vida cristã e de que ele é o meio através do qual lemos e compreendemos a Palavra de Deus. Nossa proposta, então, é reenfatizar aquilo que já nos pertence como confissão credal, porém, que tem sido diluído numa linguagem que parece se esquecer do princípio

que sustenta todo o edifício revelacional escriturístico e cosmológico: a doutrina da Trindade.

Centralidade messiânica no Antigo Testamento

Quando voltamo-nos para o Antigo Testamento, logo em suas primeiras páginas, percebemos uma estruturação do que será todo o arquétipo redentor ao longo do progresso da história da salvação. Em Gênesis 3.15 (talvez uma das passagens mais citadas por nós hoje, exatamente por seu papel central no desenrolar da progressão revelacional), encontramos a metodologia decretada por Deus para executar a salvação do cosmos: “*Porei inimizade entre você e a mulher, entre a sua descendência e o descendente dela. Este lhe ferirá a cabeça, e você lhe ferirá o calcanhar*” (NAA). Geralmente somos muito rápidos em considerar que esse versículo está se referindo à Cristo Jesus, como de fato está. Contudo, é como esse versículo aponta para Jesus e sua obra salvadora que deixamos às vezes escapar. Este texto faz parte de um bloco de sentenças que estão sendo deferidas por Deus diante do pecado em que incorreu Adão e Eva ao comerem do fruto proibido. Cada uma das sentenças reflete uma pena que estará presente na existência do condenado e até mesmo de sua posteridade. Ao publicar as sentenças, é revelado o agente executor das mesmas; o próprio Deus, e dessa forma, todas as consequências ligadas às penas sentenciadas são como promessas da parte do Senhor; promessas que permanecerão em execução até que o plano redentor seja concluído (algumas, para além disso).

Se assim ocorre, nossa ótica deve ser a de considerar Deus o Pai envolvido na promessa messiânica tanto quanto o próprio Messias (aquele mencionado em Gn 3.15 como “este”, ou “descendente da mulher”) que é prometido. O Senhor e o Messias, fazem parte de uma “força-tarefa” que resultará na salvação do povo eleito de Deus e na restauração do cosmos. Temos o envolvimento de dois agentes, que merecem igual crédito na obra que realizam, embora, administrativamente, cada um como destacado, possua sua função nessa ação: o Senhor compromete-se em manter sua palavra e cumpri-la garantindo a vinda do Messias, e o Messias será aquele através do qual a obra expiatória será efetivada.

O “messianismo” é um tema central nas Escrituras, por causa das implicações já mencionadas. Consideremos por exemplo o que asserta Walter Kaiser:

O Messias está no âmago da [...] Bíblia. Por exemplo, de acordo com cálculos de rabinos, há aproximadamente 456 textos do Antigo Testamento que se referem diretamente ao Messias ou aos tempos messiânicos. Embora esse número seja aumentado pelos padrões particulares de sabedoria usados em algumas comunidades, o que resta quando a lista é reduzida é ainda extremamente impressionante.¹

Mais uma vez ressaltamos que, à luz desse dado, as menções ao Messias também aparecem acopladas a estruturas em que a ação é atribuída a mais de uma pessoa ou agente, no caso do messianismo. Deus, ou o Senhor, em muitas passagens aparece como sendo o agente da obra do próprio Messias, como um rei que envia seu príncipe a fim de que o mesmo execute determinada função. Vemos isso em passagens como Deuteronômio 18.15: “*O Senhor, seu Deus, fará com que do meio de vocês, do meio dos seus irmãos, se levante um profeta semelhante a mim; a ele vocês devem ouvir*”. Nesta passagem, Moisés, ao explicar a lei dada por Deus ao povo, faz um apontamento messiânico que especifica o papel deste como o profeta, ou seja, aquele que proclamará a vontade de Deus ao povo. Porém, mais uma vez, a agência trinitária² está envolvida, quando lemos que será o próprio Senhor quem levantará esse profeta no meio da nação de Israel.

A instrumentalidade do enviado de Deus para salvação do povo é clara nesse texto, principalmente, como é nossa proposta, quando a vemos à luz do princípio que cunharemos neste artigo como “*trinocentricidade*”³; a ação descrita no texto aponta para uma operação conjunta do Senhor e do Messias.

Outro texto que alude a essa mesma perspectiva é o texto de Isaías 52.13-15-53. O profeta Isaías é amplamente conhecido como “profeta messiânico”, isso

¹KAISER JR., WALTER C. – Pregando e ensinando a partir do Antigo Testamento: um guia para a igreja – Rio de Janeiro, RJ: CPAD, 2009, p. 27.

²A iniciativa das três pessoas da Trindade na ação.

³O termo é aqui empregado e cunhado afim de que conceituar a ação Trinitária (Pai, Filho e Espírito Santo) no processo redentor. Não contradizemos ou descartamos a doutrina da economia da Trindade, onde cada pessoa, segundo decreto da própria Trindade, executa um função no processo salvífico. O que fazemos é enfatizar a informação de que, embora haja execução por parte de alguma das pessoas da Trindade em determina obra de maneira específica, no âmbito geral, o plano salvífico é um projeto que deve ser atribuído à Trindade.

porque suas profecias, quando comparadas a de outros profetas, são mais abrangentes e específicas a respeito dessa figura histórica que é concretizada em Cristo Jesus. Após uma sequência de profecias que juram a destruição do povo de Israel devido seu pecado contra Deus, Isaías começa a mudar o tom de sua mensagem, incluindo mais claramente a essa altura de seus escritos, um renovo, restauração ou mesmo salvação para Israel. Para tal, o agente dessa ação, o Senhor, destaca outro personagem que é por sua vez o seu agente nessa ação, o qual é chamado de “o servo sofredor”, devido a descrição de profunda dor e sofrimento que lhe serão causados para que por meio da expiação com sua vida, o povo retorne aos braços de Deus e goze de relacionamento eterno com ele. A agência trinitária no texto é revelada através de expressões tais como:

*“Eis que o meu Servo procederá com prudência;
será exaltado e elevado, e será mui sublime. [...] Porque verão aquilo que não
lhes foi anunciado, e entenderão aquilo que não tinham ouvido”*
(Is. 52.13;15 NAA).

“O meu Servo, o Justo, com o seu conhecimento justificará a muitos”
(Is. 53.11 NAA).

Em ambos os textos, temos claramente a ação conjunta de dois personagens funcionando para a execução de um mesmo objetivo: a redenção do povo; o primeiro mostra-se como aquele que envia, que proporciona o ingresso do Messias na ação, o segundo, o próprio Messias, executa o desejo de seu “enviador”.

Temos percebido essa trinocentricidade do plano redentor em passagens de caráter literário profético, porém, outras porções e tipos textuais bíblicos se valem da mesma estrutura para apresentar a obra redentora, como por exemplo, o salmo 2.

Como aborda Robertson, “o salmo segundo apresenta o Filho apontado por Deus como aquele que vai de maneira definitiva estender o reinado messiânico até os confins da terra”.⁴ Isto posto, podemos compreender que a figura davídica no salmo, é uma prefiguração ou tipologia do próprio Filho de Deus, Cristo, que desempenhará o papel de reinar sobre o seu povo e sobre todos os povos da terra. O pano de fundo de todo o primeiro livro dos salmos é a rebelião dos povos e dos

⁴Robertson, O. Palmer. *The Flow of the Psalms: Discovering Their Structure and Theology* (Locais do Kindle 1347-1348). P&R Publishing. Edição do Kindle. Tradução nossa.

inimigos de Deus que não desejam que seu reino seja estabelecido pelo Messias, como nos mostra a própria apresentação dos primeiros versos do salmo 2: “*Por que se enfurecem os gentios e os povos imaginam coisas vãs? Os reis da terra se levantam, e os príncipes conspiram contra o Senhor e contra o seu Ungido* [...]” (v. 1,2). No mesmo salmo, a relação entre o Senhor e a figura messiânica que é claramente chamada de “filho” (v. 7: “*Tu és meu Filho*”) emerge com o fim de que através do estabelecimento do reinado do Filho, o próprio Deus reine sobre Israel. Temos então a fusão dos tronos davídico com o de Deus, fusão essa que proporcionará o reinado de Deus sobre seu povo, o que é a expressão clara da ação redentora do Senhor. O próprio conceito de “fusão dos tronos” nesse aspecto, deve ser considerado um desdobramento da ação trinitária no plano salvador, de maneira a expor, como já dito, o reino de Deus em seu Filho, o Messias. O princípio de salvação por meio de um reino alude ao compromisso pactual estabelecido por Deus de ser para sempre o seu Deus, e Israel, o seu povo.⁵

Dessa forma, a centralidade messiânica no Antigo Testamento está alicerçada na obra trinitária de Deus em salvar seu povo. Pai, Filho e Espírito (aquele através de quem o Filho age) estão unidos no plano redentor. Tal estrutura determina a ótica de observação de todo processo redentor no AT; por mais que no Filho repouse a responsabilidade de no tempo e espaço executar a vontade do Pai, Pai e Espírito também devem ser igualmente considerados na ação. Um equilíbrio perfeito emerge aqui, que abrange todas as pessoas da Santíssima Trindade.

Trinocentricidade no Novo Testamento

Quando chegamos ao Novo Testamento, naturalmente todas as ideias que porventura estavam obscurecidas pelo véu do tempo que aguardava a chegada de sua plenitude se desvelam, e vemos com mais clareza a trinocentricidade do plano redentor.

⁵“Ao longo do registro bíblico da administração da aliança feita por Deus, uma frase única se repete como sumário da relação pactual: “Eu serei o vosso Deus, e vós sereis o meu povo”. A constante repetição dessa frase, ou de sua equivalente, indica a unidade da aliança de Deus. Essa frase pode ser considerada como o “princípio Emanuel” da aliança. O coração da aliança é a declaração de que “Deus está conosco. (ROBERTSON, Palmer O. – *O Cristo dos Pactos* – São Paulo: Cultura Cristã, 2011., p. 45)”.

O próprio Senhor Jesus Cristo aponta que a operação de seu ministério tem como centro nevrálgico a obediência ao Pai: “*Porque eu desci do céu, não para fazer a minha própria vontade, mas a vontade daquele que me enviou*” (Jo 6.38). Essa postura de Cristo se repetirá várias vezes durante os evangelhos, demonstrando que a operação de sua tarefa não está sendo executada de forma alguma a parte do Pai ou do Espírito, muito embora, seja nele que o aspecto objetivo da salvação esteja sendo executado, e por aspecto objetivo, entendemos, como já mencionamos, a própria encarnação da Segunda Pessoa da Trindade no tempo e no espaço, pois era necessário que assim fosse, numa que, se no tempo e espaço o pecado veio ao mundo, também nessas condições ele deveria ser expiado (Rm 5.12-21).

Seguindo o modelo apresentado por Cristo, os próprios apóstolos do Senhor enfatizam essa ação trinitária do plano redentor, ao apresentar a mensagem do evangelho. Por exemplo, o apóstolo Pedro em seu primeiro discurso após o pentecostes (momento em que o Espírito Santo vem sobre a igreja, a fim de cumprir a promessa do Filho (Jo 14.16,17)), usa a estrutura trinocêntrica, conforme vemos em Atos 2:

“Israelitas, escutem o que vou dizer: Jesus, o Nazareno, homem aprovado por Deus diante de vocês com milagres, prodígios e sinais, os quais o próprio Deus realizou entre vocês por meio dele, como vocês mesmos sabem, a este, conforme o plano determinado e a presciênciade Deus, vocês mataram, crucificando-o por meio de homens maus. Porém Deus o ressuscitou, livrando-o da agonia da morte [...]. Portanto, toda a casa de Israel esteja absolutamente certa de que a este Jesus, que vocês crucificaram, Deus o fez Senhor e Cristo” (v. 22-24, 36).

Para testemunhar àquela multidão o evangelho do Reino de Deus, Pedro se valeu da ênfase na Trindade, pois como temos visto, não pode haver dissociação entre as Pessoas da Trindade na operação da obra redentora sem que haja desvio da verdade bíblica. Uma coisa está diretamente ligada à outra: o anúncio do evangelho precisa revelar e explicitar a ação trinitária na salvação do cosmos.

O mesmo modelo é empregado pelo apóstolo Paulo, quando explica aos Efésios de maneira clara esse arquétipo sobre o qual está alicerçado o edifício da salvação. De maneira mais didática, ele destaca tanto a unidade da Trindade no processo como um todo, como cada papel pontual que as Pessoas da Trindade desempenham:

Bendito seja o Deus e Pai de nosso Senhor Jesus Cristo, que nos abençoou com todas as bênçãos espirituais nas regiões celestiais em Cristo. Antes da fundação do mundo, Deus nos escolheu, nele, para sermos santos e irrepreensíveis diante dele. Em amor nos predestinou para ele [...]. Nele (no Amado, i.e. Jesus Cristo) temos a redenção, pelo seu sangue, a remissão dos pecados [...]. [...] Tendo nele também crido, receberam o selo do Espírito Santo da promessa. O Espírito é o penhor da nossa herança, até o resgate da sua propriedade, em louvor da sua glória. (Ef 1. 3,4,5;7;13,14).

Temos nesse texto, claramente a obra trinitária da salvação, economicamente definida. Qual seja:



A ênfase do apóstolo é atribuir a obra salvífica a todas as Pessoas da Trindade, sem que seja ressaltada uma em detrimento de outra.

Síntese “trinocêntrica” AT-NT à vida cristã

Segue-se naturalmente com essa análise, que todo arcabouço relacional está ancorado nessa estrutura-chave que percorre toda a história, conforme registrada na Escritura Sagrada: o Pai opera a salvação do cosmo no Filho, que por sua vez age sob o ministério do Espírito Santo. À lume dessas informações, nosso próximo passo é aplicar essa perspectiva à vida cristã tendo em vista a base escriturística desenvolvida até aqui.

Já destacamos repetidas vezes que o edifício da salvação tem por base o que chamamos de “agência trinitária”, ou seja, a obra da redenção foi orquestrada e operada pela Trindade. Sabemos também que não fomos salvos em parte, ou que há alguma seção de nossa vida que não esteja sob a jurisdição do Deus Triuno que nos resgatou da morte do pecado para a vida que usufruímos nEle. Dessa maneira, não há como pensar na vida cristã de maneira a desconsiderar esse ponto: toda nossa vida também é trinocêntrica, isto é, nossa existência gira em torno do Pai, Filho e Espírito Santo, o único Deus vivo e verdadeiro.

Tendo ressaltado isso, notemos que costumeiramente no cenário evangelical brasileiro, é possível observar uma tendência a destacar Cristo Jesus em seus momentos devocionais ou de culto. Quando nas orações ouvimos repetidamente, ao final, as expressões: “no nome de Cristo é que oramos, amém!”; ou “em nome de Jesus, amém!”. Os cânticos, nomeiam explicitamente a Segunda Pessoa da Trindade, e apenas aludem rapidamente ao Pai e ao Espírito em suas letras.

Notemos por exemplo o direcionamento que recebemos da Confissão de Fé de Westminster, quando trata do culto religioso:

O culto religioso deve ser prestado a Deus o Pai, o Filho e o Espírito Santo - e só a ele; não deve ser prestado nem aos anjos, nem aos santos, nem a qualquer outra criatura; nem, depois da queda, deve ser prestado a Deus pela mediação de qualquer outro senão Cristo.⁶

Claramente há uma distinção sendo didaticamente feita pela Confissão quando elabora que o culto deve ser prestado pela mediação de Cristo Jesus, pois é por ele que temos acesso a Deus (Hb 4.14-16). Porém, em termos de veneração ou adoração, é à Trindade que o culto deve ser direcionado. É válido ressaltar que ao abordamos e enfatizarmos esse aspecto trinitário do culto, não estamos aqui criando algum tipo de tensão entre as pessoas da divindade, como se reivindicassemos algum tipo de sobreposição de uma sobre a outra, ou como denunciássemos o desprezo de uma em detrimento de outra nos cultos realizados pelos cristãos. Nossa proposta, como já deve ter ficado claro com este ensaio, é resgatar a ênfase trinitária não somente do culto, mas da vida cristã como um todo, pois

⁶*Confissão de Fé de Westminster – 17^a ed. – São Paulo: Cultura Cristã, 2008, p. 169.*

não podemos ser pegos pelo nosso zelo, por exemplo, na cristocentricidade, e com isso negligenciarmos todo o embasamento teológico que nos foi revelado pelo Deus Triuno em sua Palavra. O “cristomonismo” pode ser um erro muito sutil e presente em muitas igrejas. Como exemplifica Matthew Holst:

A princípio é muito mais fácil para alguns de nós, a despeito do que poderíamos imaginar, aderirmos sutilmente um cristomonismo. Quando a Lei é pregada em nossas igrejas (conforme ela deve ser pregada) e a única aplicação é “você não pode guardá-la, mas Jesus pôde”, provavelmente você está ouvindo uma pregação cristomônica. Se você quase exclusivamente ouve que, como cristão, suas obras não são aceitáveis a Deus e elas não o agradam, provavelmente você está ouvindo uma pregação cristomônica. Se você escuta pouco ou nada do amor do Pai ao salvar os pecadores, provavelmente você está ouvindo uma pregação cristomônica. Se você raramente ouve uma aplicação na pregação, provavelmente você está ouvindo uma pregação cristomônica. É muito fácil cair no cristomonismo. Quanto a isso você pode objetar: “O que há de errado com essas mensagens?”. A resposta simples é que elas não estão retratando fielmente todo o conselho de Deus ou, em outras palavras, elas não resumem a totalidade da mensagem de “Jesus Cristo e ele crucificado”⁷.

Ignorar a trinocentricidade da adoração ou da vida cristã como um todo, é ignorar a centralidade da estrutura trinitária da própria Palavra de Deus como revelação especial do Deus Triuno ao seus filhos para orientação em como servi-lo. Desde os primeiros textos do Antigo Testamento, como vimos, fica claro que o processo através do qual fomos salvos foi a obra trinitária executada pelo Pai, Filho e Espírito Santo em nos resgatar de maneira magistral através de um plano que compreendeu a administração perfeita do decreto salvífico pela obra de cada Pessoa da Trindade, e que essa ação econômica das Pessoas, não as separa (como nunca o poderia ser), mas revela sua harmonia e ação conjunta.

Tal é a indivisibilidade do Deus Triuno, que não podemos conceber a salvação enfatizando uma delas sem laborar em gravíssimo erro. Nossa vida, nossas obras, nosso pensamento e palavras devem refletir uma vida que entende (por fé)

⁷HOLST, Matthew - *Cristocêntrico ou Cristomônico – Tuporém*. Disponível em <<https://tuporem.org.br/cristocentrico-ou-cristomonico/>>. Acesso em 03 de Julho de 2020.

a revelação do único Deus vivo e verdadeiro que subsiste em três pessoas. Outro documento confessional reformado, aponta para como essa verdade está revelada nas Escrituras, nos seguintes termos:

Tudo isso sabemos tanto pelo testemunho das Sagradas Escrituras, quanto pelas obras de cada uma das três pessoas, e, especialmente, por aquelas obras que percebemos em nós mesmos. Os testemunhos da Escritura que nos ensinam a crer na Trindade Santa estão registrados em muitos lugares no Antigo Testamento [...] [e] aquilo que no Antigo Testamento parece um tanto obscuro, no Novo Testamento fica totalmente claro.⁸

Quando nos referimos, por exemplo, à pregação como “cristocêntrica” dizemos com isso que a mensagem salvadora de alguma forma⁹ (subordinada ao texto) deve estar presente – o homem que perdido em seus pecados estava condenado, é resgatado pela ação graciosa do Senhor –, mas isso não pode ser um pretexto para que enfatizemos uma Pessoa da Divindade em relação às outras, como se apenas pelo fato de mencionar ou focalizar Cristo estamos sendo cristocêntricos, nesse caso, estamos incorrendo despercebidamente em “cristomonismo”. Um louvor que apenas louva a Cristo pela sua morte na cruz, pode ser visto como cristomônico se não alude que o ato foi também idealizado e projetado pelo Pai e pelo Espírito Santo. A oração que é direcionada apenas ao Filho, também desliza no mesmo erro. Esta bendita complexidade nos leva a observar o princípio da adoração trinitária. O culto, por exemplo, é o lugar onde mais podemos e devemos perceber a Trindade, quando adoramos Pai, Filho e Espírito Santo por termos sido eleitos antes da fundação do mundo pelo Pai para ser povo de Deus; em razão disso, termos sido justificados e expiados pelo Filho que veio em nosso

⁸*As Três Formas de Unidade: A Confissão de Fé Belga, O Catecismo de Heidelberg e Os Cânones de Dort* – Recife, CLIRE, 2017, p. 22.

⁹Apresentar a salvação em Cristo pode envolver diversos aspectos de sua obra, como por exemplo, à luz dos sacrifícios do AT, podemos enfatizar que apontavam para como através Cristo nossa redenção seria executada. Ou em passagens narrativas, podemos analisar a cristologia à luz da tipologia dos personagens, que em variados aspectos podem aludir à Cristo. Apontar para Cristo não significa sempre que a Pessoa de Cristo deve aparecer, mas a depender do texto, sua obra, ou os resultados da salvação executada pelo Pai, Filho e Espírito Santo, são pontos que centralizam a salvação como tema basilar da revelação.

resgate, lavando-nos com seu puríssimo sangue para nos apresentar a Deus em perfeito estado; e termos sido alvos da ação do Espírito Santo que aplicou a obra do Filho em nós, e nos purifica todos os dias, nos conformando a imagem do Filho de Deus, dando-nos o poder de andar como ele andou, em novidade de vida e no temor do Senhor, por meio de quem também oramos. Tal é a configuração litúrgica que devemos seguir, e esse deve ser nosso sentimento e pensamento quando estamos na presença de Deus no culto público, adoramos ao Pai, Filho e Espírito Santo, através da própria obra do Pai, Filho e Espírito Santo.

Considerações finais

À luz da Escritura, o que vemos é o progresso da revelação do Deus Triuno na história como uma seta que aponta para a própria Trindade. A relação do Pai, Filho e Espírito Santo, demonstra como estamos inseridos no seu plano divino de glorificação do seu santo nome num povo que foi eleito, remido e purificado para participar dessa imensa celebração: O Pai que elege um povo para a glória do Filho; O Filho que se sacrifica a fim de redimir um povo para a glória do Pai; e o Espírito Santo, fruto do amor infinito do Pai e do Filho, prepara esse mesmo povo para encontrar-se com esse Deus Triuno.

Nossa vida deve ser o reflexo da compreensão dessa verdade única, e toda ela deve ser trinocêntrica, pois assim fomos criados, assim fomos redimidos, dessa forma estamos sendo santificados, para que no dia final sejamos assim glorificados e possamos adorar perfeitamente o Pai, o Filho e o Espírito Santo, para sempre. Amém. Cristo triunfa!

Referências bibliográficas

As Três Formas de Unidade: A Confissão de Fé Belga, O Catecismo de Heidelberg e Os Cânones de Dort – Recife, CLIRE, 2017.

HOLST, Matthew - *Cristocêntrico ou Cristomônico* – Tu Porém. Disponível em <<https://tuporem.org.br/cristocentrico-ou-cristomonico/>>.

KAISER JR., Walter C. – *Pregando e ensinando a partir do Antigo Testamento: um guia para a igreja* – Rio de Janeiro, RJ: CPAD, 2009.

ROBERTSON, O. Palmer. *The Flow of the Psalms: Discovering Their Structure and Theology* (Locais do Kindle 1347-1348). P&R Publishing. Edição do Kindle.

ROBERTSON, Palmer O. – *O Cristo dos Pactos* – São Paulo: Cultura Cristã, 2011., p. 45

Confissão de Fé de Westminster – 17^a ed. – São Paulo: Cultura Cristã, 2008.



Paulo Rodrigues

Sobre o autor

Pastor auxiliar na Igreja Presbiteriana de Jaboatão dos Guararapes, Recife-PE. Bacharel em teologia pelo Seminário Presbiteriano do Norte e pós-graduando em teologia exegética pela mesma instituição.

Compaixão e convicção de mãos dadas

Ana Carolina Peck Mafra



Introdução

O propósito desse artigo é o de refletir, ainda que brevemente, como a igreja evangélica no Brasil tem sido influenciada pelas ideologias liberais que discutem as questões da sexualidade na atualidade. Tal reflexão, surgiu inicialmente como uma reação a um número crescente de notícias sobre o caso envolvendo o nome da pastora Ana Paula Valadão e de seu irmão André Valadão acusados de homofobia, após afirmarem que a homossexualidade estaria contrariando os ensinamentos bíblicos cristãos. Apesar de acreditar que estes acontecimentos poderiam ser uma excelente oportunidade para criar caminhos para uma conversa bem estruturada sobre a liberdade religiosa no Brasil, o que se vê posto, ao contrário, é o fortalecimento do movimento cristão progressista e do movimento autointitulado Cristão-Gay brasileiro. Estes, se levantaram em defesa dos homossexuais e seus pares, e se posicionaram contrários aos pastores e as igrejas brasileiras cristãs conservadoras. A Aliança Nacional LGBTI+ entrou com um processo na Justiça contra a pastora, assim como a pré-candidata a vereadora pelo (PSOL-SP) Erika Hilton também o fez. Em entrevista ao El País – Brasil¹

¹<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-09-20/evangelicos-progressistas-reagem-contra-homofobia-de-pastores-e-ensaiam-avanco-na-politica.html>

o Pastor Ricardo Gondim, conhecido por suas posições mais liberais, aproveitou a oportunidade para afirmar que hoje se arrepende por ter no passado “*promovido uma religião que condena, exclui e prefere punir ao invés de compreender*”. Da ala mais conservadora, entretanto, não se vê até o presente momento nenhuma fala pública em defesa dos pastores acusados de homofobia, nem tão pouco em defesa da igreja Cristã em sua posição contra a prática da homossexualidade.

Conviver e sobreviver aos ataques direcionados aos ideais e valores cristãos não é algo novo para a igreja do Brasil ou do mundo. O ateu e escritor renomado San Harris em seu livro *Carta a uma nação cristã*, declarou que o Cristianismo é uma “*religião violenta*”. Ele afirma que, apesar de concordar que a natureza humana é cheia de ódio, no caso dos cristãos, existiria “*apoio na Bíblia para tal*”. Este autor afirma que o ensino da Bíblia é “*confuso e contraditório*”, sendo essa a explicação para os cristãos ao longo da história da humanidade terem “*abusado, oprimido, escravizado, insultado, atormentado, torturado, e matado tantas pessoas, especialmente mulheres, em nome de Deus*”.

Todavia, para que seja possível entender as implicações reais dessa conversa para a sociedade brasileira, é preciso antes refletir: O que aconteceria se todos os cristãos começassem a ser repreendidos e processados na justiça ao falarem sobre os elementos morais pertinentes a sua fé? Quais as implicações para a igreja cristã, no Brasil, se pastores de representatividade nacional, tiverem suas falas criminalizadas? Deveriam existir limites restringindo o que pastores e líderes religiosos podem pregar sobre a sexualidade, quando tendo como público alvo os membros de suas igrejas? Historicamente, uma das armas mais poderosas de controle e repressão social usados contra a igreja Cristã tem sido o medo, já que muitas pessoas ao se depararem com as consequências negativas que suas ações ou palavras possam ter, optam por se calarem, mesmo quando diante de suas crenças e convicções. Mas para além do medo, é possível pensar que existam mais elementos formatadores da postura de silêncio de muitos. A falta de conhecimento por parte de muitos líderes conservadores cristãos a respeito dos “panos de fundo” da chamada “ciência da sexualidade” e dos conceitos norteadores dos grupos LGBTI+. Sem conhecer o embasamento teórico e o histórico das pesquisas na área da sexualidade, muitos cristãos não conseguem ver o “quadro todo” e acabam por não perceber a urgência de se posicionarem sobre o tema. Além disso, a falta de convicções bíblicas a respeito das questões da sexualidade pode estar impedindo

que muitos cristãos se posicionem de forma mais radical. Saber o que a Bíblia diz sobre o casamento, a família e a sexualidade é crucial para que uma pessoa se sinta segura para “Destruir argumentos e toda pretensão que se levanta contra o conhecimento de Deus” (Coríntios 10:5).

Todavia, antes de prosseguir, é preciso fazer uma pausa para dizer que todo o diálogo que considere a temática da sexualidade em uma perspectiva bíblica precisa estar envolto de um profundo sentimento de responsabilidade. Isso, porque existe hoje uma urgência na conversa sobre o tema, uma vez que muitos cristãos têm dúvidas e buscam em suas igrejas respostas para as complexidades da vida na sociedade pós-moderna. Além disso, é preciso que junto a leitura do presente texto, se tenha em mente que dois grupos principais podem ser grandemente afetados por esta discussão: de um lado, a Igreja Cristã que busca estratégias para alcançar a sociedade para Cristo, e tem recebido continuamente em suas comunidades pessoas que lutam contra a homossexualidade e contra a atração por pessoas do mesmo sexo; e do outro lado, estão pessoas que se identificam com a nomenclatura LGBTI+, mas não com os movimentos sociais e buscam por ajuda nas igrejas cristãs. Pessoas amadas por Cristo e por Sua Igreja e que ao contrário do que afirma a grande mídia, têm sido acolhidas por estas comunidades.

1. A “Ciência da Sexualidade”

A importância de se compreender a trajetória dos estudos da sexualidade reside no fato de que, apesar da igreja Cristã ter sempre sido acusada de ser repressora em relação a sexualidade, é possível perceber diferentes períodos da história em que a própria “ciência da sexualidade” tinha como propósito: produzir uma raça sem defeitos, controlar os comportamentos relacionados a sexualidade e determinar padrões para o comportamento “normal”. Sendo assim, a repressão da sexualidade, tendo como subsídio o discurso “é científico”, sempre foi o caminho mais efetivo. Importante dizer que, desde seu início, muitos pesquisadores da área da sexualidade estiveram envoltos por controvérsias. Ivan Bloch, considerado por alguns autores² como o pai dos estudos sobre sexualidade do século XIX para o XX, através da publicação de um de seus principais manuscritos “*The Sexual Life of Our Time In its*

²Braga (2008)

*Relations to Modern Civilization*³ citando Darwin, afirma a importância social da higiene⁴ sexual, que seria nada mais do que uma tentativa de controlar, pelo discurso científico, o comportamento sexual das pessoas. O próprio Darwin, nas últimas páginas de “*The Descent of man*” (1871) afirma: “Os membros de ambos os sexos deviam abster-se de casar em caso de marcada inferioridade do corpo”.

Enquanto a igreja pregava a monogamia e o cuidado com a família como sendo elementos da disciplina espiritual e da vida em comunidade, as pesquisas na área do comportamento humano eram o meio eficaz usado para o controle e quantificação do comportamento na sociedade. A criação da terminologia “homossexual” foi feita inicialmente junto as ciências médicas que associavam a prática homossexual à ideia de patologia (doença), sendo que médicos criminologistas inclusive propunham inicialmente a relação entre sexualidade desviante e a prática de delitos criminosos. Um olhar mais cuidadoso para a chamada “ciência da sexualidade” revela o quanto esta tem sido usada como mecanismo de imposição de ideias e valores sobre o comportamento humano nas sociedades ao longo da história, e suas “verdades” são geralmente recebidas sem contestação por muitos. O biólogo Alfred Kinsey apresentou suas primeiras pesquisas oficiais a fim de estabelecer padrões normativos de comportamento sexual em torno de 1984. Se antes a repressão era a palavra de ordem, agora a *Escala Kinsey* tinha como objetivo avaliar a orientação afetivo-sexual⁵ se espalhando por todo mundo com a mensagem de que o prazer sexual precisava ser explorado, passando a ser um método de referência para os estudos da sexualidade. Sobre Kinsey o jornal New York Times escreveu⁶:

Graças a ele, agora é de conhecimento comum que quase todos os homens se masturbam, que as mulheres atingem o auge sexualmente na casa dos 30 anos e que a homossexualidade não é uma anomalia de um em um milhão. Seus estudos ajudaram a tirar o sexo – todos os tipos de sexo, não apenas o tipo que invoca cegonhas – do armário para a luz do dia.

³A vida sexual de nosso tempo e sua relação com a civilização moderna.

⁴Higiene sexual tal como definida pelo movimento Higienista de purificação das raças.

⁵Masters, Johnson e Kolodny, 1982

⁶<https://www.nytimes.com/2004/10/03/movies/alfred-kinsey-liberator-or-pervert.html>

Todavia, pouco se falava de como haviam sido desenvolvidas tais pesquisas. Kinsey utilizava dados que incluíam o abuso sexual de crianças com apenas dois meses de idade para sua pesquisa, mas mesmo assim ele foi um dos nomes mais importantes para a revolução sexual americana com a publicação de seu livro em 1948 *Sexual Behavior in the Human Male*. Em suas pesquisas Kinsey registrou crianças sendo abusadas por “parceiros” adultos e insistia em afirmar que o “prazer definitivo da situação” das crianças era evidenciado em seus “gritos”, “convulsões”, “choro histérico”, “brigas” e “bater no parceiro (adulto)”.⁷ Mesmo assim, foi reverenciado pelo mundo como autoridade das pesquisas sobre o comportamento sexual. Se no inicio a ciência da sexualidade buscava reprimir o comportamento sexual para fazer existir famílias “perfeitas”, agora a ciência passa a incentivar o comportamento sexual livre.

Joe Dallas, pregador que se auto identifica como ex-homossexual afirma que antes de 1977 “houve poucos embates entre o movimento dos direitos dos homossexuais e a igreja conservadora.” Com o discurso científico fundamentando uma sexualidade a ser explorada, não era mais possível permitir a existência de uma sociedade que seguisse os preceitos bíblicos para a vivência da sexualidade. Dallas afirma que a cada ano, tem sido possível ver um avanço sistemático nas investidas dos grupos LGBTI+ contra a Igreja Cristã a respeito do tema. Destruir o modelo tradicional de família e a “heteronormatividade” se tornou uma pauta urgente, e mais uma vez a ciência da sexualidade fundamenta o discurso ideológico. Aliás hoje em dia, o que se vê na sociedade atual é uma tendência de nomear como “discurso de ódio” qualquer fala que pressuponha uma imposição da chamada “heteronormatividade”, ou que apresente posição contrária ao relacionamento entre pessoas do mesmo sexo.

Apesar de os movimentos pró LGBTI+ estarem cada vez mais audaciosos, o que se percebe é que as pessoas comuns estão cada vez mais cheias de dúvidas e confusas no que se refere a compreensão da sexualidade.⁸ De acordo com os grupos LGBTI+ e em artigos de universidades liberais que escrevem sobre o tema, uma pessoa não nasce homem ou mulher, mas pode nascer “o que quiser ser”, sendo possível passear (a sexualidade seria fluida e poderia ser mudada ao longo

⁷*Sexual Behavior in the Human Male* - volume sobre o masculino p. 161.

⁸<https://www.youtube.com/watch?v=iqqaZQI1kI4>

da vida) entre 72 possibilidades de sexualidade. O Facebook em sua plataforma coloca à disposição de seus usuários nos Estados Unidos 52 opções, levando a revista Época⁹ a escrever: “Para quem escreveu a Bíblia, era fácil. Deus fez Adão e Eva – e pronto”. Muitos dos resultados amplamente divulgados pela mídia sobre a sexualidade são na verdade resultado de “pesquisas em andamento”, ou Teorias da Sexualidade, o que significa que o tema ainda está sendo estudado e não chegou em sua fase conclusiva, estando aberto à contestação. Mas em geral, o movimento LGBTI+ tem a tendência de divulgar amplamente as teorias e pesquisas que apresentam afirmações que correspondem às suas pautas e rejeitam as pesquisas que contrariam seus argumentos. Além disso, não divulgam as especificidades de pesquisas que submetem crianças a experimentos sexuais ou que possuem uma ética contestável. Mas integrantes do movimento LGBTI+ afirmam o uso da ciência como fundamento para suas conclusões sobre “as sexualidades”, todavia é preciso deixar claro que estes o fazem de forma completamente parcial. Muitos dos estudos realizados na área da sexualidade hoje, iniciam por solicitação das lideranças dos grupos LGBTI+¹⁰ e são patrocinados e desenvolvidos por grandes corporações da área da saúde.¹¹ A Planned Parenthood (conhecida como a maior agência de “abortos legais” da América) é uma conhecida parceira das pesquisas no tema e em seu site afirma: “Por mais de um século, a Planned Parenthood tem sido o principal provedor, educador e defensor de saúde sexual e reprodutiva do país.”¹²

Pesquisas mais descritivas e objetivas, com dados numéricos, tendem a ter maior credibilidade no meio científico e acadêmico, mas muitas destas têm sido amplamente descartadas por estes grupos. Nas últimas semanas, pessoas ligadas a estes grupos, criaram vídeos afirmando que a pastora Ana Paula e demais cristãos seriam ignorantes ao associarem o vírus do HIV com a prática da homossexualidade. Todavia, o Centro para Controle e Prevenção de Doenças (CDC) dos Estados Unidos em uma pesquisa detalhada concluiu que: “Gays, bissexuais e outros homens

⁹<https://epoca.globo.com/vida/noticia/2014/03/52-opcoes-de-bidentidade-sexual-no-facebook.html>

¹⁰<https://scopeblog.stanford.edu/2019/06/04/landmark-lgbtq-study-comes-to-stanford/>

¹¹<https://lgbtfunders.org/funding-forward-2020/sponsors/>

¹²https://www.plannedparenthood.org/uploads/filer_public/59/9d/599dbbaf-10be-4f49-a6f3-97999027e3d9/who_we_are_lgbtq_community_september_2017.pdf

que relataram contato sexual de homem para homem são a população mais afetada pelo HIV nos Estados Unidos. Em 2018, gays e bissexuais masculinos representavam 69% dos 37.968 novos diagnósticos de HIV nos Estados Unidos (EUA) e áreas dependentes. Aproximadamente 492.000 homens gays e bissexuais sexualmente ativos estão sob alto risco de HIV.”¹³. Ainda de acordo com site HIV.gov, “Gays, bissexuais e outros homens que fazem sexo com homens (HSH) são a população mais afetada pelo HIV nos EUA em 2018. Os HSH foram responsáveis por 69% dos 37.968 novos diagnósticos de HIV nos Estados Unidos.”¹⁴ Pesquisadores sociais progressistas resolveram questionar os números, afirmando que os dados apresentados por estes órgãos não levavam em consideração o método qualitativo e que por isso, não poderiam aceitar como verdadeira o resultado da pesquisa destes órgãos.¹⁵ Interessante que é muito comum que alguns evangélicos progressistas e integrantes do chamado movimento “Gay Cristão” afirmem que cristãos conservadores tenham por hábito escolher versículos isolados para falarem sobre a homossexualidade como sendo pecado e afirmam que os “crentes” não aceitam as verdades da ciência sobre as questões da sexualidade. Todavia, o que se vê é exatamente o contrário. Os integrantes destes grupos escolhem qual ciência pode ser chamada de ciência, e quais os textos bíblicos seriam aceitáveis, decidindo conforme a conveniência, a fim de fundamentar suas ideias de vida e suas ambições políticas e ideológicas.

1. A Bíblia e as questões da sexualidade

É importante lembrar que a perspectiva utilizada para analisar um texto bíblico, sempre revela a cosmovisão de quem lê os textos, traduzindo também uma determinada posição político/cultural. Por isso hoje, muitas questões ainda surgem ao se pensar o tema da homossexualidade em sua relação com Cristo e a igreja. Muitos dos ataques aos cristãos sobre a temática da sexualidade nascem com a afirmação de que a Bíblia seria um livro cheio de violência contra a mulher e de repressão à liberdade sexual. A pregação sobre a vivência da sexualidade, tal como apresentada pela Bíblia, sempre fez parte do ensino e da catequese Cristã.

¹³<https://www.cdc.gov/hiv/group/msm/index.html>

¹⁴<https://www.hiv.gov/hiv-basics/overview/data-and-trends/statistics>

¹⁵<https://catracalivre.com.br/entretenimento/jornalista-da-cnn-e-detonado-ao-distorcer-pesquisa-sobre-gays-e-hiv/>

Católicos e protestantes conservadores que pregam em seus púlpitos sobre a aliança do casamento, afirmam que esta aliança só é possível quando resultado da união entre um homem e uma mulher, comprometidos em um relacionamento de exclusividade sexual, emocional e espiritual. Segundo esse entendimento o pastor conservador americano John MacArthur foi ainda mais além e declarou: “*Ninguém é gay. As pessoas cometem adultério, cometem o pecado da homossexualidade, sentem, trapaceiam*”, e ainda continuou: “*um dos aspectos disso é permitir que as pessoas se definam como gays.*” Sua afirmação foi baseada em sua fé e em pesquisas da ala mais conservadora da ciência que afirma que biologicamente existe apenas duas possibilidades para a sexualidade: ser macho ou ser fêmea. Além disso é importante lembrar que muçumanos, judeus e demais religiões também possuem suas crenças a respeito da sexualidade e pregam abertamente sobre suas convicções sem nenhuma resistência desses movimentos, mas os cristãos têm sido atacados continuamente pela mídia brasileira ao se posicionarem sobre o tema.

É possível perceber que existe um certo avanço de um tipo de cristianismo pro-gay, com um evangelho liberal pouco defensor das doutrinas elementares da fé cristã. Nessa linha, o discurso sobre a compaixão sobrepõe as convicções. Pregam o amor, retirando os elementos fundantes e norteadores da vida cristã, justificando que Jesus era amoroso e aceitava as pessoas como eram. Com isso, muitos cristãos, especialmente os mais jovens, ficam confusos e frustrados por não terem respostas para o sofrimento do dia a dia nas pautas relacionadas à sexualidade. Afinal, a homossexualidade é mesmo pecado? Por que deveria ser a Bíblia autoridade sobre o assunto? Um dos princípios norteadores da Reforma Protestante é o *Sola Scriptura*, que seria crer que toda a verdade necessária para a salvação e para a condução da vida estaria ensinada, explicitamente ou implicitamente, nas Escrituras. De fato, existem diversos textos bíblicos que tratam sobre a temática do pecado, e que incluem a prática da relação sexual entre pessoas do mesmo sexo como sendo reprovada por Deus. Falar sobre o pecado é princípio elementar do discipulado e da catequese cristã, da mesma forma que o são a pregação sobre o casamento no modelo bíblico e a fala sobre a pureza para vida sexual. Aliás, esses argumentos não são de uso exclusivo de protestantes. No catecismo da Igreja Católica, que é a exposição autorizada dessa igreja, está escrito:

§2357 A homossexualidade designa as relações entre homens e mulheres que sentem atração sexual, exclusiva ou predominante, por pessoas do mesmo sexo.

A homossexualidade se reveste de formas muito variáveis ao longo dos séculos e das culturas. Sua gênese psíquica continua amplamente inexplicada. Apoando-se na Sagrada Escritura, que os apresenta como depravações graves, a tradição sempre declarou que «os atos de homossexualidade são intrinsecamente desordenados». São contrários à lei natural. Fecham o ato sexual ao dom da vida. Não procedem de uma complementaridade afetiva e sexual verdadeira. Em caso algum podem ser aprovados.

Na Bíblia, a carta de Paulo aos Romanos é um dos mais importantes textos sobre o assunto da homossexualidade. Especificamente, em Romanos 1:18-32, o autor escreve aos cristãos de Roma e trata do tema do comportamento sexual ao explicar sobre uma situação geral de depravação e pecado. Ele afirma que as pessoas eram “perversas”, e aborda vários pecados, incluindo o comportamento homossexual em sua lista enquanto cita uma lista de outros pecados que são, da mesma forma, resultado da concupiscência do coração humano, e consequência da rebelião a Deus. Outros textos importantes para a compreensão da orientação de Paulo sobre a homossexualidade estão em sua primeira carta aos coríntios no capítulo 6 e nos versos 8 a 10 do mesmo capítulo. Paulo, falando sobre as injustiças que estavam acontecendo entre os cristãos, está ensinando o que é contrário ao comportamento dos cristãos, e cita uma lista de atos que não poderiam fazer parte da vida dos crentes e afirma: *“Ou você não sabe que os malfeiteiros não herdarão o reino de Deus? Não se deixem enganar: nem os imorais, nem os idólatras, nem os adulteros, nem os homens que fazem sexo com homens”*.

Mas se as palavras do apóstolo Paulo não são suficientes para ajudar os cristãos a entenderem a temática da sexualidade, o que dizer sobre ensinos de Jesus sobre o tema? Afinal, seria Jesus mais tolerante com as questões da sexualidade do que os cristãos conservadores se propõem a ser na atualidade? Teria Jesus dado orientações diferentes das dadas por Paulo sobre o comportamento sexual? Jesus nunca foi tímido para expressar suas posições a respeito das questões da vida incluindo a temática da sexualidade, mas muitos cristãos progressistas afirmam que não existiria uma orientação específica dada por Jesus sobre tais questões. Robert Gagnon, ao escrever sobre *A Bíblia e a prática da homossexualidade*, apresenta argumento oposto a tal declaração. Ele aponta que se Jesus tivesse a intenção de se posicionar a favor do relacionamento sexual entre pessoas do mesmo sexo, ele precisaria, antes, fazer uma contextualização ampla sobre a temática, pois falar

de “casamento” homossexual não faria sentido ao contexto judaico da época e causaria um “salto” na lógica do casamento para os discípulos. Nada das palavras de Jesus sugere que Ele estava revogando a Torá¹⁶, pelo contrário. É possível ver que ele priorizava e expandia as demandas das leis judaicas. O autor aponta que a lógica usada por Jesus sobre o tema do divórcio, deixa claro que a perspectiva que Jesus adotava em relação a ética sexual possuía na verdade um padrão ainda mais restrito e mais elevado quando comparado a seus contemporâneos judeus. No texto de Mateus 5:31-32, por exemplo, Jesus afirma:

Também foi dito: Qualquer que deixar sua mulher, dê-lhe carta de divórcio. Eu, porém, vos digo que qualquer que repudiar sua mulher, a não ser por causa de fornicação, faz que ela cometa adultério, e qualquer que casar com a repudiada comete adultério.

Gagnon (2001) aponta que existem evidências nas cartas de Paulo e nos Evangelhos de que algumas comunidades da igreja primitiva chegavam a achar os ensinos de Jesus muito severos quando comparados aos costumes da época e afirma que olhar para os ensinos de Jesus a partir de uma perspectiva histórica e contextualizada é importante para que se possa desconstruir a ideia de um Jesus humanista e holístico tal como posto por alguns evangélicos liberais. De fato, a fala de Jesus sobre o divórcio¹⁷ aponta para como ele dava grande significado à aliança entre um homem e uma mulher, ao mesmo tempo que demonstrava a seriedade do pecado nessa área. Em Mateus 5:27-28 Jesus vai além do que estabelecia a lei de Moisés e os costumes da Palestina do primeiro Século, em que mencionando a Lei “Não adulterarás” afirma: “*Mas eu vos digo que aquele que olhar para uma mulher com intensão impura, já cometeu adultério.*” Aqueles que consideram Jesus apenas o profeta do amor e da tolerância, que perdoa todas as ações sem exigir mudança de comportamento, estão na verdade, distorcendo o contexto histórico dos relatos bíblicos e negando que Jesus é também histórico. Mas há que se lembrar que a atitude de Jesus com o pecado da sexualidade era condizente com suas ações em relação aos demais pecados, e suas ações de amor tinham como objetivo final

¹⁶Mateus 5:17-18; Lucas 16:16,17.

¹⁷Lucas 16:18; Marcos 10:11-12; Mateus 19:9.

gerar arrependimento no pecador, bem como anunciar a mensagem do Reino de Deus. Jesus deu novo significado para os elementos ritualísticos e simbólicos de culto, como por exemplo, a Lei do Sábado, os sacrifícios no templo e os rituais de pureza para a oração e de fato estabeleceu o amor a Deus e ao próximo como o ápice da Lei Cristã. Mas é preciso atentar para o fato de que suas orientações sobre as questões da vida elevaram o padrão de santidade, e por afirmar que Jesus possui a filosofia “Deus é amor e basta”, é omitir a mensagem completa da redenção e da reconciliação.

Considerações finais

Diante da convicção de que o fazer ciência não é algo parcial ou desprovido de motor ideológico, faz-se necessário que, mais do que nunca, Cristãos sejam capazes de se posicionar nas diferentes áreas do conhecimento para contrapor os argumentos que tem se levantado contra a Liberdade Religiosa no Brasil. É fato que uma das estratégias dos grupos que se auto intitulam “em defesa das minorias” ocuparem as universidades e centro de pesquisas ao redor do mundo. Por isso é preciso que a igreja esteja disponível para ser agente do Reino de Deus também onde a ciência é produzida. Além disso, tal reflexão traz também a confirmação da importância do resgate de uma hermenêutica que seja acessível e que dê significado a vida cotidiana da igreja, sem perder de vista a mensagem completa do evangelho: a criação de Deus, queda da humanidade, a cruz de Jesus, a redenção e da reconciliação entre Deus e os homens. É preciso uma igreja que se levante para defender o que crê, e quando necessário, se levante para defender publicamente os seus.

Ao contrário do que se vê posto hoje na mídia, é preciso dizer que não é prática comum por parte dos cristãos firmar que o HIV atinge apenas pessoas do grupo LGBTI+, ou que mulheres e homens casados estariam imunes à doença caso optem por relações extraconjogais¹⁸. O que de fato há nas igrejas cristãs, tal como foi possível observar na fala dos pastores acusados pelo movimento LGBTI+, é o

¹⁸ Apesar da pastora Ana Paula Valadão estar sendo acusada de afirmar que o HIV é doença “causada por homossexuais” ou que “pessoas casadas estariam imunes a doença”, ao ver o vídeo na íntegra é possível ver que sua afirmação esta contextualizada e de acordo com as pesquisas do CDC Americano.

ensino de que um homem e uma mulher, que preservam a aliança do casamento e que possuem apenas um parceiro durante a sua vida, estariam mais protegidos do HIV transmitido por via sexual. Para os cristãos, os textos bíblicos revelam que a aliança do casamento é um sacramento que só pode ser realizado na união de um homem com uma mulher. Portanto, a palavra pregada a respeito do tema não poderia ser tomada como ataque a nenhum grupo específico, mas sim, deveria ser entendida como a pregação dos valores e conceitos da fé cristã, tendo como público-alvo a igreja e todas as demais pessoas que queiram ouvir a mensagem pregada, cabendo ao ouvinte aceitá-la ou não.

Além disso, ao longo da história, a igreja cristã tem sido agente de compaixão e de caridade no mundo, mas nas últimas semanas a mídia tem tentado semear a ideia de que a igreja Cristã é homofóbica e que pastores estariam promovendo o discurso de ódio. A verdade, no entanto, é bem contrária a essas afirmações. Em quase todas as cidades do Brasil é possível encontrar uma igreja protestante ou católica, um líder comunitário cristão, ou uma agência missionária que tem como prioridade ajudar pessoas a terem uma vida mais digna. Além disso, são muitos os trabalhos no Brasil focados no público LGBTI+. São cristãos conservadores no que se refere a autoridade da Palavra de Deus e que amam e cuidam de pessoas homossexuais, trans e travestis que pedem por ajuda. Muitas dessas pessoas são moradores de rua que foram abandonados por suas famílias e que nunca foram acolhidos pelos movimentos sociais em questão. A mídia não mostra tantas organizações cristãs que tem acolhido, cuidado e amado pessoas independente de sua sexualidade. Por isso, usar o argumento de que a igreja cristã é homofóbica é uma generalização e uma falácia inescrupulosa, que tem como único propósito a tentativa de silenciar o discurso religioso da igreja cristã no Brasil. afirmar que os cristãos desprezam as pessoas homossexuais é não conhecer a realidade da igreja, nem a vida de muitos cristãos.

Muitos cristãos já não aceitam mais pesquisas enviesadas, com argumentos fracos e dicotômicos sobre a sexualidade, e exatamente por isso, é possível encontrar muitos desses dedicando-se à pesquisa em diferentes áreas do conhecimento nas universidades e institutos de pesquisa pelo mundo. Pessoas que estão genuinamente interessadas em encontrar caminhos para as crises vivenciadas pelas pessoas que sofrem nessa área, e que não possuem qualquer interesse político ou viés ideológico para tal. Cristãos acreditam que existem verdades absolutas reveladas

na Bíblia, e devem continuar a pregar sobre a temática do pecado e da redenção a todas as pessoas que desejarem ouvir. A compaixão e a convicção precisam andar de mãos dadas e por isso é preciso amar as pessoas e ao mesmo tempo, continuar a defender as verdades reveladas pelas escrituras.

Referências bibliográficas

ALBERRY, Sam. *Is God Anti-Gay? And other questions about Homosexuality, the Bible and same sex attraction.* 2013. The good Book Company.

GAGNON, Robert A.J. *The Bible and Homosexual Practice. Texts and Hermeneutics.* 2001.

HARRIS, Sam. *Letter to a Christian Nation.* 2008

MacArthur, John. *Evangelism: How to show the gospel Faithfully.* 2011

BRAGA, Eliane Rose Maio. *Sexualidade Infantil: uma investigação acerca da concepção das educadoras de uma creche universitária sobre educação sexual.* 2002. 195f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – UNESP, Assis.



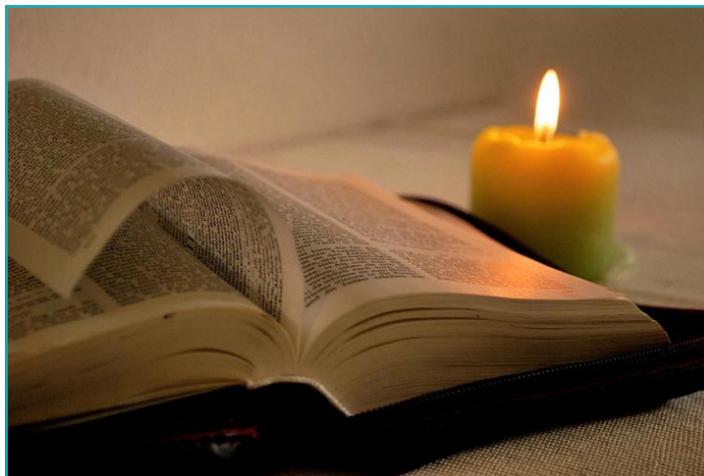
Ana Carolina Peck Mafra

Sobre o autor

Bacharel e Mestre em Psicologia. Atuou 15 anos no cuidado com famílias, especialmente nas questões da sexualidade. Atualmente está finalizando o Master in Biblical Studies e cursando o segundo ano do Doctor in Ministry no South Flórida Bible College e fundou a DoHope Internacional (USA) uma agência especializada na produção de conteúdos e treinamentos para o combate da Exploração Sexual e do Tráfico de Pessoas. Defensora do homeschool, mora com seu esposo Marcel e seus dois filhos no Sul da Flórida a 4 anos.

A Bíblia é a palavra de Deus e podemos confiar em seu conteúdo

Thiago Oliveira



Embora seja sempre colocado como uma coisa arrojada, a contestação da Bíblia como Palavra de Deus é bem antiga. Para compreendermos um pouco de onde vem tais contestações e termos uma resposta adequada, analisemos brevemente três correntes teológicas: Liberalismo, Neo-Ortodoxia e Teologia Reformada.

O Liberalismo Teológico tem ligação com o método histórico-crítico de interpretação bíblica. Este método nega a inspiração divina e reduz as Escrituras a um compêndio da fé israelita e dos primeiros cristãos, recheado de erros e contradições. Influenciado pelo Iluminismo, o Liberalismo adquiriu um caráter antropocêntrico e relativizou questões-chaves da dogmática. Schleiermacher foi o grande expoente dessa corrente que se afastou a passos largos do ensino ortodoxo e fez com que a Igreja europeia abraçasse o mundanismo e declinasse para o Cristianismo secularizado que até hoje é uma de suas marcas.

Todavia, com o advento da Primeira Guerra Mundial, todo o ideal progressista-iluminista foi por água abaixo. As correntes de pensamento entram em crise e a Teologia não foge à regra. É justamente neste cenário que surge Karl Barth com o que chamamos de Neo-Ortodoxia ou Barthianismo. A Neo-Ortodoxia

lutou contra a secularização da Igreja e defendeu que a Bíblia é a palavra de Deus revelada aos homens.

O grande problema da corrente Neo-Ortodoxa é que ela conservou a crítica bíblica do Liberalismo, a mesma que reduziu as Escrituras a um livro de fé comum. A diferença é que os barthianos afirmam que mesmo contendo erros, a Bíblia é a Voz de Deus para a humanidade. Para sustentar essa posição, argumentam que a parte histórica é irrelevante para a fé salvífica, sendo assim, pouco importa a veracidade dos relatos bíblicos sobre a Queda, o Dilúvio, o Cativeiro Egípcio, etc.

Para a Teologia Reformada (evangélica/protestante) a Bíblia é a Palavra de Deus em sua totalidade e está isenta de erros. Desde o século XVI, de Lutero até os dias de hoje, cristãos de confissão reformada adotam o Sola Scriptura como ponto crucial da fé. Calvino (2006, p.72), o grande sistematizador da doutrina reformada, fala o seguinte quanto ao questionamento da procedência divina das Escrituras:

Se, pois, quisermos firmar a nossa consciência de modo que não permaneça agitada e em perpétua dúvida, é preciso que coloquemos a autoridade da Escritura muito acima das razões ou das circunstâncias ou das conjecturas humanas; quer dizer, é preciso que a estabeleçamos como base no testemunho do Espírito Santo. Porque, ainda que, por sua própria majestade, a Escritura nos leve a respeitá-la, não obstante só começa a tocar-nos quando é selada em nosso coração pelo Espírito Santo. [...] É graças à certeza dada por uma autoridade superior que concluímos, que, sem dúvida nenhuma, a Escritura nos foi outorgada diretamente por Deus.

Com isso, Calvino defende que por ser um livro de revelação, a Bíblia precisa ser revelada a nós através de uma ação soberana do próprio Deus, na pessoa do Espírito. O mesmo processo revelacional ocorreu com os autores bíblicos que passaram por um processo de inspiração para deixar registrada a Palavra de Deus como uma fonte revelacional permanente e completa, ao ponto de não mais haver a necessidade de uma outra (i.e. nova) revelação. Tudo o que precisamos saber sobre Deus está registrado nos escritos do Antigo e do Novo Testamento. Assim, o primeiro questionamento (a Bíblia é de Fato a Palavra de Deus?) está respondido.

Dizer que a Bíblia é um livro inspirado é estar de acordo com que a mesma diz acerca de si própria (2Tm 3:16). No entanto, a inspiração não foi um ditado

divino. Deus usou as características humanas de cada autor para dizer aquilo que deveria ser dito. Muitos fazem confusão com esta informação e dizem que se existe este viés de humanidade no processo de escrituração e o erro é inerente da condição humana, logo, existe a possibilidade de ter erros na Bíblia. Barth é um exímio defensor do *errare humanum est*. Embora isto seja verdade, não quer dizer que os homens erram sempre em tudo que fazem, muito menos concluir que o erro é necessário ao homem.

O homem é limitado por ser finito, porém a finitude não o torna falível sempre. Há de se separar onisciência de infalibilidade. Estas duas coisas estão conjuntas em Deus, não nos homens. Como afirma Sproul (2012, p. 49): “*Finitude significa uma necessária limitação de conhecimento, mas não significa obrigatoriamente uma distorção do conhecimento. A confiabilidade do texto bíblico não deve ser negada com base na finitude do homem*”.

Respondendo ao questionamento sobre a confiabilidade bíblica, sobretudo do Novo Testamento, o mais questionado, apelamos para dois argumentos bastante convincentes:

- **Argumento bibliográfico:** Corresponde a lacuna do tempo histórico em que o livro foi escrito e o manuscrito mais antigo que temos dele. Por exemplo: O manuscrito da obra de Platão mais antigo que temos data de 1200 anos após o filósofo grego ter escrito o original. Aristóteles também escreveu 1400 anos antes da cópia mais antiga que possuímos dele. Já o intervalo do original para a cópia de um livro do NT é de apenas 100 anos, e temos esta certeza graças à descoberta arqueológica do papiro de John Rylands.

- **Argumento manuscritológico:** Corresponde a quantidade de cópias de um presumível texto original. Quanto maior a quantidade de cópias, maiores são as chances de identificar as imprecisões. Por exemplo: Temos sete cópias manuscritas de Platão em todo o mundo. De Aristóteles temos apenas cinco cópias. Em contrapartida, contando apenas as cópias gregas, o texto do Novo Testamento é preservado em aproximadamente 5.686 porções manuscritas parciais e completas que foram copiadas a mão a partir do século I até o século XV.

Além dos manuscritos gregos, há várias traduções partindo do grego. Contando com as principais traduções antigas em aramaico, copta, árabe, latim e outras línguas, há 9 mil cópias do Novo Testamento. Isso dá um total de mais de 14 mil cópias do Novo Testamento. Além disso, se compilarmos milhares de citações

dos pais da igreja primitiva dos séculos II a IV pode-se reconstruir todo o Novo Testamento com exceção de onze versículos. De modo que se não for possível confiar na Bíblia, também deve ser posto em xeque a autenticidade de toda e qualquer obra literária da Antiguidade.

Logo, a Bíblia não deve ser vista, por um cristão, como um livro não sagrado ou não confiável. Ela é o canal pelo qual Deus fala com os seus de maneira especial, revelando a Si, tendo como ápice do conteúdo revelacional o próprio Cristo que não é um personagem que pode ser retirado da Escritura para que tenhamos um encontro verdadeiro com ele. É o Jesus das páginas da Escritura que adoramos e seguimos. E este próprio Jesus teve um relacionamento com os escritos sagrados que nos servem de exemplo. Sobre a relação e o uso que Cristo faz da Escritura, quero registrar cinco episódios:

1 — Lendo Isaías em Nazaré

Ainda no começo de seu ministério Jesus parte para Nazaré, cidade em que foi criado, onde residiam familiares e amigos. Num sábado, vai até a sinagoga e segundo o registro de Lucas (4.14–30) lê Isaías 58.6 e 61.1,2. Ao terminar de ler, devolve o rolo ao assistente e quando todos têm os olhos fitos nele, exclama: “hoje se cumpriu a Escritura que vocês acabaram de ouvir”. O texto do profeta era uma profecia messiânica, ou seja, após ler o que estava escrito (*Sola Scriptura*) a respeito do Cristo, Jesus afirmou ser ele o prometido a Israel. Muitos ficaram intrigados, a grande maioria rejeitou a sua mensagem, mas ele fez o que era de costume: ia até a sinagoga e através de um manuscrito do Antigo Testamento começava a ensinar que aquilo era um testemunho sobre si mesmo. Mais adiante, ao ser perseguido por causa de sua pregação, Jesus diz aos judeus: “Se vocês cressem em Moisés, creriam em mim, pois ele escreveu a meu respeito. Visto, porém, que não creem no que ele escreveu, como crerão no que eu digo? (Jo 5.46,47)”. É no Pentateuco, isto é, nos cinco primeiros livros da Bíblia que Jesus vai afirmar que estão as bases para que creiamos nele. Isso corrobora ou não com o *Sola Scriptura*?

2 — Citando Deuteronômio na tentação

Antes de ter chegado a Nazaré, o Filho de Deus havia sido tentado no deserto (ver Lc 4.1–13) e lá, diante de todas as armadilhas falaciosas de Satanás, defendeu-se usando por três vezes o livro de Deuteronômio. Na primeira resposta que

deu, usou Deuteronômio 8.3, depois rebateu outra mentira diabólica com Deuterônomo 6.13 e por fim utilizou Deuterônomo 6.16. O Diabo foi derrotado pela Palavra. Jesus poderia ter derrotado o seu adversário de qualquer outra forma, mas quis demonstrar o poderio do texto sagrado frente às tentações que o nosso vil tentador lança sobre nós. Será que nós deveríamos almejar vencer portando outra arma que não seja a Escritura?

3 — Ética com base em Gênesis

Quando indagado acerca do divórcio (ver Mt 19), a resposta de Jesus foi baseada em Gênesis 2.24. Assim, fundamentado em um princípio da Escritura, afirmou que não competia aos homens separar aquilo que tinha sido Deus quem havia juntado. O casamento tem uma base moral, é realizado mediante juramento. Logo, trata-se de uma questão ética. Os princípios éticos que devem nortear os cristãos são os encontrados na Bíblia, por isso dizemos que ela é nossa regra de fé e prática. Jesus foi abordado e questionado com argumentos que derivavam da tradição humana e respondeu com um princípio bíblico. Estamos imitando o nosso Mestre?

4 — Agindo sem ferir a Escritura

Jesus e os doze colhiam espigas num dia de sábado e foram repreendidos pelos fariseus (ver Mt 12). A acusação era de que eles estavam fazendo algo ilícito. A resposta dada por Jesus é novamente embasada na Escritura. Ele responde fazendo uma pergunta “Vocês não leram o que fez Davi quando ele e os seus companheiros estavam com fome?”. A referência está em 1 Samuel 21 quando o Rei Davi e seus homens comeram os pães que eram destinados apenas aos sacerdotes. Obviamente os fariseus tinham lido, pois, esta era uma parte importante do seu trabalho de intérpretes da lei. Jesus estava agindo sem ferir a Escritura e diante da acusação mostrou que sua atitude era respaldada com um exemplo que vem da Bíblia. Será que em nosso meio há esta convicção? Será que nossos atos coadunam com o que está na Bíblia?

5 — Caminhando e expondo o texto sagrado

Após morrer e ressuscitar, Jesus aborda dois discípulos que estavam caminhando na estrada para Emaús. Entristecidos e confusos, os dois discutiam enquanto

andavam. Jesus se aproximou sem que eles o reconhecessem e perguntou o que estava se passando (ver Lc 24.14–35). Eles estranharam a pergunta, pois, era de conhecimento de todos o que havia acontecido com Jesus de Nazaré, mas responderam. Eles começaram a relatar os fatos e até disseram que a tumba estava vazia e que as mulheres e os apóstolos confirmavam isso, porém estavam tão atordoados que não conseguiam ligar os fatos. Cristo, ainda sem ser reconhecido, tratou de confortá-los e elucidou que tudo aquilo era cumprimento do que estava registrado no Antigo Testamento. “E começando por Moisés e todos os profetas, explicou-lhes o que constava a respeito dele em todas as Escrituras”. Isso é algo magnífico. A Palavra encarnada explicava a palavra revelada e registrada na lei e nos profetas. A Bíblia é a testemunha mais segura da pessoa e da obra de Cristo, e o próprio fazia uso com maestria desse testemunho. Quando falamos sobre Jesus em nossa evangelização, adotamos a Escritura como fonte suprema de revelação ou procuramos fontes nada confiantes para testemunharmos do Evangelho?

Mesmo diante do exposto, poderá haver algumas pessoas que não saberão lidar com o fato de Cristo ser a Palavra de Deus e dizer o mesmo com relação à Bíblia, pois, como Escritura Sagrada, ela também recebe a mesma titulação. O já mencionado Karl Barth, tinha a sua obra fundamentada no apreço por Cristo como o autor e consumador da história da salvação. Ele rejeitava dizer que a Escritura era Palavra e alegava que a Bíblia (e a pregação também) tornam-se a Palavra na medida em que transmite o fim da revelação divina, isto é, Cristo Jesus.

Por mais que Barth tenha buscado colocar a Jesus num patamar distinto e acima de todas as coisas, incluindo a própria Bíblia, por ter tamanha estima ao Verbo Encarnado, isso gerou muitos problemas posteriores, e, por conta de sua influência, alguns de seus leitores acabaram se aproximando do liberalismo que Barth tanto combateu, enfraquecendo a ortodoxia ao colocar em xeque a autoridade da Escritura, por não terem rejeitado completamente os pressupostos hermenêuticos do método histórico crítico. Todavia, é preciso entender que, embora Jesus e a Escritura sejam distintos, ambos são Palavras de Deus e tendo a distinção bem fundamentada, não correremos o risco, como alegam alguns, de venerarmos o livro ao invés de venerarmos a pessoa de Jesus.

Primordialmente, Jesus é aquele que é a Palavra (Jo 1.1), por toda a eternidade. A Escritura, tem caráter de transitoriedade, pois, ao estarmos no Reino Celestial em plena comunhão com Cristo, conheceremos de maneira íntima e

gloriosa aquele que é a Palavra Viva (1Jo 1.1). De modo que a Escritura não se fará necessária por já ter cumprido o seu papel em ser a Palavra de Deus que aponta para Cristo nesta presente era. Assim como no Éden, o relacionamento com o Deus Triúno era pessoal, pois Deus “andava pelo jardim” (Gênesis 3.8), assim será a nossa comunhão restaurada, onde falaremos com o SENHOR face a face e nos alimentaremos diretamente da Sua glória.

Mas, então, por que chamamos a Bíblia de Palavra de Deus? A resposta mais simples seria porque através dela Deus fala e comunica a revelação. A Bíblia registra as ações de Deus no mundo, e Cristo é a personagem fundamental no drama da redenção. Portanto, a Bíblia, ao falar de Cristo, revela as ações do Deus Triúno no desenrolar da criação, queda e redenção. Por isso que não podemos tratá-la como um simples livro: *“A Bíblia é ‘sagrada’ porque seu discurso se distingue como instrumento da atividade comunicadora trinitária e, portanto, como extensão da presença comunicadora pessoal do próprio Deus”* (VANHOOZER, 2016, p. 69).

O apóstolo Paulo parece compreender isso ao escrever “Pois a Escritura diz ao faraó: Para isto mesmo te levantei: para mostrar em ti o meu poder, e para que o meu nome seja anunciado em toda a terra” (Romanos 9.17, versão Almeida 21). Aqui temos a palavra grega *graphē* (γραφὴ), que em seu uso comum sempre alude aos escritos sagrados, como quando o apóstolo fala a Timóteo que “Toda a Escritura (*graphē*) é inspirada por Deus” (2Timóteo 3.16). A alusão é de quando Moisés vai até faraó e ele transmite a Palavra de Deus, logo, se o profeta falou aquilo que é a divina verbalização e Paulo usa o termo “*Escritura*” para relatar isso, não concluímos outra coisa senão que não apenas Paulo, mas o colegiado apostólico (uma vez que o próprio Pedro recomenda a leitura das cartas paulinas [2Pe 3.15-16]) consideram o livro como sendo a Palavra, por conta de sua origem divina.

Se o que está registrado na Bíblia são os atos e as palavras de Deus, temos a ação de Deus por meio da linguagem. Linguagem esta que aponta para Cristo desde Gênesis 3.15, onde temos a primeira promessa messiânica. Ademais, é o próprio Cristo quem diz que as Escrituras dão testemunho dele (Jo 5.40). Destarte, ao invés de enxergar um conflito para usar a mesma terminologia para falar de Jesus e da Bíblia, deveríamos buscar o entendimento de que “*É imprescindível dar atenção total, e sábia, à Escritura como Palavra de Deus registrada por escrito se quisermos adorar e seguir corretamente a Palavra encarnada, o Filho de Deus*” (WARD, 2017, p. 89)”.

Aprouve ao Senhor que o conhecimento acerca de si mesmo se desse por meio da palavra que está registrada no livro sagrado. Por isso que obedecer a Palavra escrita é o mesmo que obedecer a Palavra viva; e desprezar a primeira é desprezar a segunda. É pertinente utilizarmos outra citação de Timothy Ward (2017, p. 87):

Se relutamos em pensar nas Escrituras como “Palavra de Deus” inequívoca, distanciamos Cristo das Escrituras por meio da qual ele se apresenta a nós para que possamos conhecê-lo. Em consequência, seria difícil eliminar a suspeita de que, conhecer Cristo pelas Escrituras não significa que tenhamos comunhão com Deus como ele é de fato. As Escrituras dão testemunho de uma relação real e ontológica entre o Filho e suas palavras nela registradas. Portanto, não devemos nos afastar da terminologia que o próprio Deus nos concedeu nas Escrituras para que possamos lidar com essa relação profunda entre Cristo como Palavra e as Escrituras como Palavra.

A Bíblia é o local mais confiável que temos para acessarmos as informações sobre o Divino. Obviamente o SENHOR é bem maior, no entanto, quis Ele deixar este conhecimento escriturado, com um cânon fechado para não poder sofrer acréscimos, e através desse cânon os homens tivessem noção de quem Ele é, e, concomitantemente, descobrissem também algo sobre si, ou seja, que são pecadores que se encontram sob a ira divina, necessitados da graça para obter o perdão de seus pecados e, consequentemente, a salvação. O Soberano nos deu um livro sagrado que nos conta exatamente aquilo que precisamos saber. A Bíblia não nos fornece todas as informações sobre Deus, mas ela nos dá as informações que são necessárias. Se quiserem tratar as Escrituras, isto é, o seu conteúdo, como não sendo a Palavra de Deus, então de onde tirarão um conhecimento revelacional seguro sobre o mesmo?

Finalizo este breve artigo com a sabedoria registrada na Confissão de Fé de Westminster que em seu primeiro capítulo, no artigo sexto, assim nos diz: “*Todo o conselho de Deus concernente a todas as coisas necessárias para a glória dele e para a salvação, fé e vida do homem, ou é expressamente declarado na Escritura ou pode ser lógica e claramente deduzido dela*”. Confiem na Escritura, pois ela é a Palavra de Deus.

Referências bibliográficas:

CALVINO, João. *As Institutas*. Volume 1. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2006.

SPROUL, R.C. *Posso Crer na Bíblia?* São José dos Campos: Editora Fiel, 2012.

VANHOOZER, Kevin J. *A Trindade, As Escrituras e a Função do Teólogo*. São Paulo-SP: Edições Vida Nova 2016.

WARD, Timothy. *Teologia da Revelação*. São Paulo-SP: Edições Vida Nova 2017.



Thiago Oliveira

Sobre o autor

é graduado em História e especialista em Ciência Política, ambos pela Fundação de Ensino Superior de Olinda (Funeso). Mestrando em Estudos Teológicos pelo Mints-Recife. Professor de Teologia em seminários na região metropolitana do Recife. Casado com Samanta e pai de Valentina.

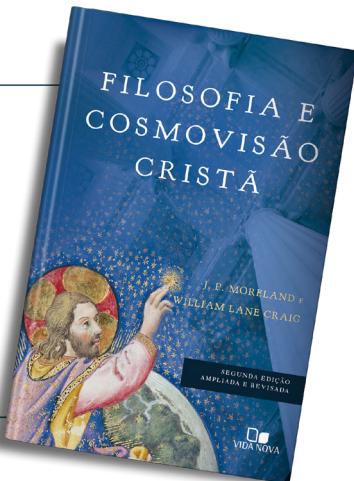
Lançamentos

Filosofia e cosmovisão cristã
2ª Ed. ampliada e revisada

William Lane Craig e J. P. Moreland | 16x23 cm | 1024 p.

Filosofia e cosmovisão cristã é uma introdução abrangente e atualizada para todos os que desejam explorar a arquitetura filosófica da realidade.

Os autores oferecem um guia detalhado para as áreas de epistemologia, metafísica, ética, filosofia da ciência e filosofia da religião.



R. C. SPROUL

FAÇA
DIFERENÇA

O IMPACTO DO CRISTÃO NA
CULTURA E NA SOCIEDADE

Faça diferença

O impacto do cristão na cultura e na sociedade

R. C. Sproul | 14x21 cm | 208 p.

Nesta obra, o estimado teólogo R. C. Sproul mostra como confrontar as questões sociais e morais de nosso tempo com respostas bíblicas eficazes.

Se você deseja fazer diferença de forma real e duradoura em sua família, em seu círculo de amigos, no local de trabalho e na comunidade, este livro lhe mostrará por onde começar.

Mentiras em que as meninas acreditam
e a verdade que as liberta
e Guia das mães

Dannah Gresh | 15,5x22,5 cm | Brochura

Mães e filhas unidas para identificar as mentiras que precisam combater com a verdade!

As mentiras do mundo estão em toda parte, e as meninas sofrem com elas. Exemplo disso é quando temem não ser iguais a suas coleguinhas ou caem na crença de que precisam ser perfeitas! Isso tudo resulta em um índice assustador de ansiedade entre as pré-adolescentes.

